



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CAMPUS ARARANGUÁ

ELIANE MARIA CENNE

**AVALIAÇÃO NA EJA/PROEJA:
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO FAZER PEDAGÓGICO**

ARARANGUÁ
2011

ELIANE MARIA CENNE

**AVALIAÇÃO NA EJA/PROEJA:
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO FAZER PEDAGÓGICO**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização, do Instituto Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Orientador: Prof^ª. Ms. Rosabel Bertolin Daniel.

Co-orientador: Prof. Esp. Cremilson Oliveira Ramos.

2011

ELIANE MARIA CENNE

**AVALIAÇÃO NA EJA/PROEJA:
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO FAZER PEDAGÓGICO**

Esta monografia foi julgada adequada à obtenção do título de Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos pelo ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização.

Araranguá, 7 de dezembro de 2011

Professor e orientador: Prof^a. Rosabel Bertolin Daniel, Ms.
Instituto Federal de Educação de Santa Catarina

Prof^a. Mirtes Lia Pereira Barbosa, Ms.
Instituto Federal de Educação de Santa Catarina

Prof^a. Cristiane Raquel Woszezenki
Instituto Federal de Educação de Santa Catarina

Dedico este trabalho a todos aqueles que mesmo em meio a tantos desafios, continuam acreditando na beleza e na possibilidade de realização dos seus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas oportunidades que me foram dadas na vida, principalmente por ter conhecido pessoas especiais, mas também por ter vivido fases difíceis, que foram matérias-primas de aprendizado e aperfeiçoamento.

Não posso deixar de agradecer aos meus pais, Édio de Souza Cenne (in memórian) e Adelinda Possamai Cenne, sempre apoiando meus sonhos e sem os quais não estaria aqui e não seria a mulher que sou.

Aos meus irmãos: Eliziane e Antônio Carlos, que juntos formamos uma família que apóia e incentiva. Uma família presente. Sou feliz por tê-los perto de mim.

Agradecimento ao Professor Cremilson Oliveira Ramos pelo seu carinho, atenção, simpatia e orientação neste trabalho.

Existem pessoas em nossas vidas que nos deixam felizes pelo simples fato de terem cruzado nosso caminho. Obrigada pela oportunidade de conhecê-lo Balduino Manica e que não julgou palavras de incentivo e estímulo no decorrer desse trabalho.

Ao meu considerado e querido amigo Edson Natal. Por meio desta amizade, acredito que, realmente, anjos existem e não nos deixam sós.

Aos alunos, professores e direção da EJA de Timbé do Sul, que aceitaram responder o questionário e viabilizaram a concretização deste trabalho.

Agradeço a todos os professores desta Especialização e ressalto que, além do aprendizado, esta serviu para aumentar a minha confiança de que é possível uma educação de qualidade para todos.

Agradeço também aos colegas que me oportunizaram novas amizades. Não poucas pessoas foram muito importantes para que mais essa etapa se realizasse. Sem o auxílio destas nada teria sido possível. Como já disse o Poeta Manoel de Barros, “Os outros: o melhor de mim sou Eles.”

Em especial agradeço ao meu filho Wesley Cenne Bordignon que invadiu e tomou conta do meu coração desde o primeiro olhar. Seu sorriso, suas travessuras, seu bom humor e sua alegria irradiam nossa casa e minha vida.

É imensurável o carinho que tenho por todos, pela alegria, bom humor, companheirismo, preocupação, fazendo-os seres tão especiais e que deixam a minha vida muito mais doce e colorida.

Que Deus os ilumine e abençoe, sempre.

A vida

“Já perdoei erros quase imperdoáveis, tentei substituir pessoas insubstituíveis e esquecer pessoas inesquecíveis. Já fiz coisas por impulso, já me decepcionei com pessoas que eu nunca pensei que iriam me decepcionar, mas também já decepcionei alguém. Já abracei pra proteger, já dei risada quando não podia, fiz amigos eternos, e amigos que eu nunca mais vi. Amei e fui amado, mas também já fui rejeitado, fui amado e não amei. Já gritei e pulei de tanta felicidade, já vivi de amor e fiz juras eternas, e quebrei a cara muitas vezes! Já chorei ouvindo música e vendo fotos, já liguei só para escutar uma voz, me apaixonei por um sorriso, já pensei que fosse morrer de tanta saudade e tive medo de perder alguém especial (e acabei perdendo). Mas vivi! E ainda vivo! Não passo pela vida. E você também não deveria passar!” (Charlie Chaplin).

RESUMO

No decorrer deste trabalho procuramos evidenciar os aspectos que influenciam e são determinantes no processo de ensino-aprendizagem. Este tema tem gerado inquietações ao longo da história. Qual o melhor método, a teoria mais adequada para adotarmos e que facilite a construção do conhecimento? Qual a postura mais propícia para o sucesso do trabalho educativo? Abordamos a avaliação como recurso indispensável. Apresentamos os elementos fundamentais para a aprendizagem: formação, qualificação e função do educador; relação professor x aluno; instrumentos metodológicos necessários (observação, planejamento, avaliação, registros e reflexão) e, por fim, os conhecimentos que a sociedade exige da escola. Os desafios enfrentados pela escola exigem um profissional que ofereça outro patamar do trabalho educativo: um educador que tenha planejamento flexível, mediador do conhecimento, que seja comprometido com a aprendizagem do educando, que ofereça uma relação baseada na afetividade, confiança, empatia e no respeito e que esse profissional faça uso dos instrumentos, técnicas e metodologias que contribuam para a qualidade da educação oferecida.

Palavras-chave: EJA. Mudança. Sensibilidade. Competência.

ABSTRACT

This monograph intends to show the elements that influence and are important in the process of teaching and learning. This theme has generated controversy through the history of education. Which is the best method for evaluating students? How to evaluate and teach at the same time? How to have success in educational work? We try to present the essential elements for learning: methods (observation, teacher`s planning, evaluation, teacher`s records, re-thinking). The challenges of the school demands a professional compromised with education: an educator that makes adjustable planning, a teacher mediator of knowledge; a teacher compromised with student`s learning, a teacher that proposes a relationship based on affection, attention and respect. A mediator teacher is a professional that knows how to use the instruments and methods that aim an education of quality.

Keywords: EJA. Change. Effective. Competency.

LISTA DE SIGLAS

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IF-SC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

SUMÁRIO

<u>1 INTRODUÇÃO.....</u>	<u>12</u>
<u>2 AVALIAÇÃO NA EJA/PROEJA: CONSTRUINDO NOVOS CONCEITOS.....</u>	<u>14</u>
<u>3 O APERFEIÇOAMENTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA E O PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</u>	<u>19</u>
<u>4 RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....</u>	<u>28</u>
<u>5 OS DIFERENTES MOMENTOS DA AVALIAÇÃO NO BRASIL: COMPREENDENDO A AVALIAÇÃO A PARTIR DE SUA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA.....</u>	<u>33</u>
<u>6 O PERFIL DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....</u>	<u>38</u>
<u>7 PROPOSTAS DE AVALIAÇÃO TENDO EM VISTA UMA EDUCAÇÃO PROMOVEDORA DO SABER.....</u>	<u>41</u>
<u>8 METODOLOGIA.....</u>	<u>44</u>
<u>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	<u>58</u>
<u>REFERÊNCIAS.....</u>	<u>62</u>
<u>APÊNDICES.....</u>	<u>65</u>
<u>APÊNDICE A – ENTREVISTA APLICADA AO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....</u>	<u>66</u>
<u>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....</u>	<u>69</u>

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como objetivo mostrar quais os fatores que envolvem o processo ensino-aprendizagem e a prática educativa, principalmente referente à avaliação na Escola Municipal de Ensino Fundamental Frei Modesto de Timbé do Sul/SC, doravante E. M. E. F. Frei Modesto. Busca-se entender a intencionalidade, a execução e a organização das ações que são realizadas pelos professores buscando reciclar conceitos, didáticas e metodologias possibilitando a formação de alunos da Educação de Jovens e Adultos EJA/PROEJA, corresponsáveis pela sua própria constituição e que são instrumentos de enfoque motivador desse processo e não meros expectadores dos avanços estruturais da nossa sociedade.

Todo fazer pedagógico exige planejamento, ação e avaliação. Referindo-se ao trabalho que ocorre no espaço educacional, é preciso discutir a intenção do mesmo no seu conjunto e nas suas particularidades. Para isso busca-se conhecer um pouco da História da Educação de Jovens e Adultos e suas Perspectivas Históricas e Políticas e como ocorre o processo de construção do conhecimento na Instituição em questão. Aborda-se rapidamente a questão Alfabetização e Conscientização baseando-se na Proposta do Educador Paulo Freire. Esta se destacou pelo seu caráter essencialmente democrático e libertador, que objetivava levar o aluno a não ler só palavras, mas também a ler o mundo.

Com base na pedagogia freireana, menciona-se a importância da formação profissional do educador que legalmente deve ser habilitado para organizar o processo de ensino-aprendizagem e possuir competência para perceber, executar e avaliar as decisões tomadas frente às situações vivenciadas nessa unidade escolar. Analisando o papel social e humanitário do personagem educador, pode-se afirmar que o professor deve ser o mediador, o motivador e ele deve, ainda, saber qual é o seu papel diante da Avaliação de Educação de Jovens e Adultos.

Isso significa que o educador deve trabalhar de forma planejada, buscando sempre novas metodologias e técnicas, utilizando-se dos vários recursos que contemplem o convívio de diferentes idades, gêneros, origem social, múltiplas trocas de experiências, valorizando a pluralidade e a diversidade encontradas no ambiente escolar, principalmente na EJA/PROEJA.

Outro tema abordado e de suma importância no processo de aprendizagem é a relação professor-aluno. Espera-se que essa seja uma relação de afetividade, confiança,

respeito e muito diálogo. Todos esses aspectos passam pela avaliação, que na atualidade é muito discutida e questionada. Sendo a avaliação um mecanismo que orienta e acompanha o processo educativo, torna-se inevitável a reflexão sobre a ação que o educador precisa ter frente ao ato avaliativo que é tão delicado. Este ato requer determinadas habilidades e competências do professor avaliador para que seja percebido como algo indispensável e necessário à oferta de uma educação de qualidade. Alguns instrumentos permitem que o aluno seja avaliado de maneira justa e com maior eficácia. São eles: a observação, o planejamento, o registro e a reflexão. Estes são a base de boa parte da aprendizagem. Ao longo da História a Avaliação no Brasil passou por diferentes momentos e que foi se configurando de acordo com as necessidades de cada época.

Avaliar continua sendo uma das tarefas mais complexas para o educador. Ao planejarem-se duas questões precisam ser observadas: Para que e o que avaliar? Assim, essa passará ser um instrumento auxiliador na melhoria dos resultados da aprendizagem. Como pensar, elaborar, descobrir caminhos, formas para o aprimoramento das competências relacionadas ao saber avaliar? Pensando no aperfeiçoamento da prática pedagógica e do ato de avaliar são elencadas Propostas de Avaliação tendo em vista uma Educação promotora do saber.

A partir dessa compreensão optou-se pela pesquisa do tipo descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa. Essa pesquisa foi realizada com apenas um professor da instituição acima mencionada, por meio de entrevista de livre narrativa e com dezesseis alunos de uma mesma turma.

Este trabalho é composto por dez capítulos, nos quais se procurou demonstrar como acontece a construção do conhecimento e qual a concepção atual de Avaliação. Em seguida apresentam-se as análises dos dados coletados com o professor e os alunos da EJA/PROEJA. E finalizando este trabalho apresentam-se as considerações finais e as referências que para o suporte teórico, faz-se necessário recorrer a respeitáveis nomes de educadores e pesquisadores que se dedicaram às pesquisas para aperfeiçoamento das ações pedagógicas e alcançar uma educação de qualidade para todos em todas as modalidades.

2 AVALIAÇÃO NA EJA/PROEJA: CONSTRUINDO NOVOS CONCEITOS

2.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SUAS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E POLÍTICAS

No contexto educacional se observa que as ações desenvolvidas refletem sobre as condições socioeconômicas e políticas do país. Na história educacional do Brasil não poderia ser diferente, existindo a percepção de que as ações educativas aconteceram de acordo com as necessidades de cada momento histórico. Acredita-se que o processo educacional se define a partir do contexto que vai sendo vivenciado.

No Brasil, a educação de jovens e adultos inicia em 1549, no período colonial. Aranha (2001) comenta que, nessa época os jesuítas promovem uma ação maciça na catequese dos índios, educação dos filhos dos colonos, formação de novos sacerdotes e da elite intelectual, além do controle da fé e da moral dos habitantes da nova terra. Na medida em que ensinavam as primeiras letras, paralelamente ensinavam a doutrina católica e os costumes europeus. Assim, verifica-se que, quando se falava em educação para a população não infantil, fazia-se referência à população adulta, que precisava ser catequizada para as causas da fé. A Constituição Imperial de 1824 garantia a instrução primária a todos os cidadãos. Porém, cidadãos eram as pessoas livres, vindas das elites, que poderiam ocupar funções imperiais ou ligadas à política.

Aranha (2001) explica que, entre 1930 a 1940, muitas mudanças na educação de jovens e adultos aconteceram a Regulamentação do Fundo Nacional de Ensino do INEP; lançamento da CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos. O sistema educacional começa a se firmar e a oferta de ensino gratuita acolhe diversos setores sociais. O governo estimulava a educação elementar e contribuía para a sua melhoria, fazendo com que todos os cidadãos pudessem usufruir de uma educação de qualidade. Houve, também, a preocupação com a elaboração de materiais para adultos.

Em 1945, com o fim da ditadura de Vargas, a sociedade passou por momentos de crises. As críticas quanto aos adultos analfabetos resultaram na desconfiança das pessoas sobre a busca de um ensino de qualidade.

A campanha nacional por uma educação para todos (1947), que previa a alfabetização em três meses, para depois voltar-se para a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário, começou a ganhar destaque na sociedade e mostrou o seu valor. Nos anos de 1950, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), elencou novas discussões sobre a educação de adultos.

De acordo com Aranha (2001), o Movimento Brasileiro de Alfabetização (1967) – MOBREAL – reedita uma campanha: “Você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável, eu sinto a sede de saber”. Esse veio com força e dispunha de muitos recursos. Alfabetizadores, sem grandes exigências. Pessoas que sabiam ler passaram a instruir pessoas analfabetas. A maioria desses instrutores não possuía o mínimo de escolaridade. Em 1985, ocorre a extinção do Mobreal. Nesse período, então, surge a Fundação Educar, que desempenhou um papel relevante na atuação do Ministério da Educação junto às Prefeituras municipais e organizacionais da sociedade civil, com destaque nos movimentos sociais e populares. Como pontos positivos, pode-se dizer que mudanças significativas foram perceptíveis na condução da formação do educador e na concepção político-pedagógico do processo de ensino-aprendizagem.

Em 1971 com a publicação da Lei Federal 5692/71, consagrou-se a extensão da educação básica de 4 para 8 anos – Ensino de Primeiro Grau. Essa Lei trouxe um capítulo voltado à Educação de Jovens e Adultos, distinguindo as várias funções: a suplência – referente à reposição de escolaridade; o suprimento – referente ao aperfeiçoamento ou atualização; a aprendizagem e a qualificação – referentes à formação para o trabalho e à profissionalização. Esse atendimento educativo possibilitou a flexibilidade aos que, em idade apropriada não tiveram acesso ou continuidade aos estudos (Lei 5692/71).

Essa flexibilidade concretizou-se na organização do ensino em várias modalidades: centros de estudos, cursos supletivos e ensino a distância, entre outros. A característica diferencial desses cursos é a aceleração, que é, no mínimo, a metade do tempo previsto para o sistema regular. Nesses, também, vigoram a seriação, a presença obrigatória e a avaliação do processo, que é feita periodicamente. O material didático é oferecido aos educandos adultos pelos centros de estudo. Tem-se a iniciativa de educação à distância, as realizadas pela televisão ou recepção organizada em telecentros combinando reprodução de programas em vídeo, uso de materiais didáticos impressos e orientação de monitor. Além

dessas ofertas, os exames supletivos foram mantidos periodicamente duas vezes ao ano não havendo exigência de matrícula ou frequência à sala de aula (Proposta Curricular, 2001).

A extensão da escolaridade obrigatória para oito anos, proposta da Lei 5692/71, representou um enorme desafio, pois limitou a obrigatoriedade da oferta pública de ensino de primeiro grau apenas às crianças e adolescentes na faixa de 7 a 14 anos. Apenas em 1988 com a promulgação da Nova Constituição que enfrentou inúmeras dificuldades e os avanços foram alcançados timidamente, que esse direito estendeu-se aos jovens e adultos, resultado do envolvimento de diversos setores progressistas que se uniram em prol da ampliação dos direitos sociais e das responsabilidades do estado ao entender os grupos sociais mais necessitados (Lei 5692/71).

“A educação de todos é dever do Estado e da família [...] e ainda, ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive sua oferta garantida para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (Constituição Federal de 1988 – Artigos 205 e 208)”.

No ano de 1990, o Governo de Fernando Collor de Mello simplesmente aboliu a Fundação Educar, não criando nenhuma outra instância que assumisse suas funções. Desta forma, o Governo ausenta-se como articulador de uma política de alfabetização de jovens e adultos no Brasil.

Em 2002, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado. Considerando a trajetória da EJA no Brasil, esta tem sido pautada por campanhas ou movimentos desenvolvidos, a partir da administração federal, com envolvimento de organizações da sociedade civil, visando à realização de propostas ambiciosas de eliminação do analfabetismo e a continuidade de estudos àqueles que não o fizeram na idade adequada, em curtos espaços de tempo.

O inciso segundo do artigo 37 da LDB é claro em dizer que cabe ao governo, em todas as suas esferas; municipal, estadual e federal, assegurar a continuidade e/ou o acesso a uma educação formal: “O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.” (LDB, 2000, p. 20).

Inserido nesse contexto, o documento base do PROEJA, do ano de 2007, traz o seguinte texto:

A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, como modalidade nos níveis fundamental e médio, é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do

direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Essas políticas são, muitas vezes, resultantes de iniciativas individuais ou de grupos isolados, especialmente no âmbito da alfabetização, que se somam às iniciativas do Estado. No entanto, as políticas de EJA não acompanham o avanço das políticas públicas educacionais que vêm alargando a oferta de matrículas para o ensino fundamental 2, universalizando o acesso a essa etapa de ensino ou, ainda, ampliando a oferta no ensino médio, no horizonte prescrito pela Carta Magna. As lutas sociais têm impulsionado o Estado a realizar, na prática, as conquistas constitucionais do direito à educação, processualmente instaurando a dimensão de perenidade nas políticas, em lugar de ofertas efêmeras, traduzidas por programas e projetos. Essa dimensão de perenidade para o direito à educação implica sistematicidade de financiamento, previsão orçamentária com projeção de crescimento da oferta em relação à demanda potencial e continuidade das ações políticas para além da alternância dos governos, entre outros aspectos.

Hoje, a alfabetização de jovens e adultos não visa somente à capacitação do aluno para o mercado de trabalho. Prioriza, também, o desenvolvimento de outras capacidades, em função de novos saberes que se produzem constantemente e que demanda um novo tipo de profissional, garantindo que o educando obtenha uma formação indispensável para o exercício da cidadania.

2.2 ALFABETIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

No final da década de 50, as críticas à Campanha de Educação de Adultos dirigiam-se às deficiências administrativas, financeira assim como à orientação pedagógica. Criticava-se o caráter superficial do aprendizado que se efetivava no curto período da alfabetização e a inadequação do método para a população de adultos. Essas críticas despertaram uma nova visão pedagógica. Novas reflexões sobre o problema do analfabetismo foram feitas tendo como referência o educador Paulo Freire (Proposta Curricular, 2001).

A proposta de Paulo Freire para alfabetizar adultos inspirou grandes programas de alfabetização e educação popular realizados no Brasil. Esses programas foram assumidos por cidadãos engajados numa política social direcionada aos grupos populares. Diversos grupos de educadores foram se articulando e passaram a pressionar o Governo Federal para que os apoiasse e estabelecesse uma coordenação nacional dessas iniciativas. Em janeiro de 1964, aprova-se o Plano de Alfabetização, que propagava o programa de alfabetização orientado pela proposta educativa de Paulo Freire. Alguns meses depois foi interrompido pelo golpe militar (Proposta Curricular, 2001).

O analfabetismo, que antes era apontado como causa da pobreza e marginalização, passou a ser a consequência de uma estrutura social não igualitária. Portanto, era preciso interferir nessa estrutura responsável pelo analfabetismo. A alfabetização e a educação dos jovens e adultos deveriam ter como ponto de partida a análise da realidade dos educandos, da origem dos seus problemas e das suas dificuldades e da possibilidade de superá-los. Isso implica um profundo comprometimento do educador com os educandos.

Paulo Freire criticou a educação bancária, que considerava o analfabeto um ignorante no qual o educador deveria depositar conhecimento. Este propunha uma ação educativa que não negasse a cultura de cada cidadão, mas que através do diálogo essa fosse se transformando e tornando o sujeito agente de sua aprendizagem e que sua consciência fosse crítica.

Sobre isso, fala o grande mestre,

[...] quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender tanto mais se constrói e se desenvolve o que venho chamando de “curiosidade epistemológica”, sem a qual não alcançamos o conhecimento cabal do objeto. É isto que nos leva, de um lado, à crítica e à recusa ao ensino “bancário”, que deforma a necessária criatividade do educando e do educador, o educando a ele sujeitado pode, não por causa do conteúdo cujo “conhecimento” lhe foi transferido, mas, por causa do processo mesmo de aprender, dar, como se diz na linguagem popular, a volta por cima e superar o autoritarismo e o erro epistemológico do “bancarismo” (FREIRE, 2001, p. 27-28).

A proposta elaborada por Paulo Freire era que a alfabetização de adultos fosse conscientizadora, tendo como princípio básico que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. O objetivo era possibilitar ao educando a consciência de que esse é capaz e responsável pela sua aprendizagem. Também compreender a sua realidade e perceber o mundo além das palavras. Para isso acontecer, diversos materiais de alfabetização foram produzidos. Além da referência à realidade imediata dos adultos, a intenção era problematizá-la. Por essas razões, percebe-se que o ato de avaliar não é uma tarefa fácil, mas é necessária e permanente no trabalho pedagógico, pois através dela constata-se os progressos, as dificuldades e podemos repensá-los e tomar novos rumos para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

3 O APERFEIÇOAMENTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O processo educacional evidencia-se por transformações tecnológicas e científicas, alvo de constantes discussões, desencadeando sua evolução principalmente na utilização das metodologias de ensino. Nos últimos anos, essas modificações nos impulsionam para um modo de pensar menos autoritário e menos regrado. Esse tem sido um dos pontos que tem tornado a prática pedagógica difícil e os professores um tanto inseguros.

Sabe-se que, como acontece em outras profissões, entre as coisas que se faz, algumas estão muito bem feitas, outras podemos dizer que são satisfatórias e algumas certamente podem ser melhoradas. O aperfeiçoamento do que se faz na prática passa pela análise e comparação com outras práticas e também com o que podemos perceber na sala de aula, por meio dos resultados alcançados pelos educandos.

Sobre a prática pedagógica, Zabala nos diz que:

[...] penso que um debate sobre o grau de compreensão dos processos educativos e, sobretudo do caminho que segue ou tem que seguir qualquer educador para melhorar sua prática educativa, não pode ser muito diferente ao dos outros profissionais que se movem em campos de grande complexidade. Se entendemos que a melhora de qualquer das atuações humanas passa pelo conhecimento e pelo controle das variáveis que intervêm nelas, o fato de que os processos de ensino/aprendizagem sejam extremamente complexos – certamente mais complexos do que os de qualquer profissão – não impede, mas sim torna mais necessário, que nós, professores, disponhamos e utilizemos referências que nos ajudem a interpretar o que acontece em aula (ZABALA,1998, p. 15).

Muitas mudanças ocorreram e ocorrem na educação brasileira. Cada vez mais essa ocupa as manchetes dos jornais. Ser educador é uma função desafiante, que exige a necessidade de conhecer os complexos processos de ensino-aprendizagem. Buscar referenciais que possam contribuir na interpretação do que acontece em sala de aula e como aperfeiçoar nossa prática educativa é uma ação contínua do educador pesquisador.

A Constituição de 1988 estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família. Sua finalidade é o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Constituição, artigo 205). Mas a população “ainda” reivindica escola para seus filhos.

Precisa-se pensar sobre o desafio dessa função. A missão de cada escola, de cada gestor, de cada professor é promover o pleno desenvolvimento do educando. “Pleno desenvolvimento”, isso significa cuidar não apenas da tarefa de ensinar, mas de dar conta de muitas outras dimensões que fazem de cada pessoa um ser perfeito, completo. Por essa razão,

faz-se a pergunta: Os professores estão realmente preparados, estão concentrados, cientes da sua cátedra que é fundamental nessas transformações tão necessárias?

Como nos sugere Assmann,

[...] Precisamos de muitas frentes de luta pela melhoria da educação. Mas não se pode ir contornando eternamente a evidência de que a questão da qualidade na educação passa centralmente pelo viés pedagógico. Esta é a minha tese de fundo. Pergunto-me se os/as educadores não perdem pontos em suas lutas reivindicatórias quando não explicitam adequadamente esta opção clara pró-reencantamento da educação no plano pedagógico (ASSMANN, 2004, p. 23).

A escola precisa rever suas ações e o seu papel no aprimoramento da sua prática educativa. Todos da comunidade escolar precisam estar em harmonia, em perfeita sincronia, isso é muito importante para a realização dos objetivos e metas traçados para o sucesso da mesma.

Sobre isso, Gadotti afirma que:

Neste começo de um novo milênio, a educação apresenta-se numa dupla encruzilhada: de um lado o desempenho do sistema escolar não tem dado conta da universalização da educação básica de qualidade; de outro, as novas matrizes teóricas não apresentam ainda a consistência global necessária para indicar caminhos realmente seguros numa época de profundas e rápidas transformações (GADOTTI, 2000, p. 6).

A prática pedagógica na atualidade necessita de uma reformulação pedagógica que tenha como prioridade uma prática comprometida com a formação para o desenvolvimento, com a qual a escola se torne um espaço de efetivação de seu conhecimento intelectual e que transforme o educando num participante ativo em seu processo de desenvolvimento social, deixando de ser um simples receptor de informações do conhecimento sistematizado.

Quando se fala em reformar, mudar a prática educativa, não se trata de abortar tudo, mas sim, dar formas, imprimir uma nova orientação e revigorar tudo aquilo que vem se perdendo na rotina e no comodismo. Por isso, é necessário despertar o interesse dos educadores e educandos para essa mudança significativa, marcada pelo desejo e esforço, pela reciclagem de ideias, interesses e sentimentos.

Quando nos acomodamos, trabalhamos menos, relaxamos e confiamos excessivamente em nossa capacidade, acabamos surpreendidos por um revés. Transpomos a linha da autoconfiança, passando à auto-suficiência – caímos numa cilada. Ser bom não é o mais importante, e sim estar bem preparado (REZENDE, 2006, p. 50).

O professor é aquele que leva à realidade os programas, projetos e os planos. É muito mais importante que qualquer outro recurso educacional de que se pode dispor. Ele é o mediador, atua como pesquisador, que vai projetando e executando o seu fazer e as suas

estratégias e realiza o seu trabalho, que através das atividades de ensino, materializa-se para que metas sejam atingidas. Alcançar tais metas pressupõe que os professores busquem a sua atualização e que sua formação seja continuada.

Quando o professor está preparado e planeja sua prática eficientemente, o estudante é desafiado a ir ao encontro do novo e a participar ativamente da construção do seu conhecimento. Assim, o professor estará mediando o conhecimento, orientando a mudança e a elaboração de conceitos.

O conceito de atividade de Leontiev faz-nos refletir sobre o papel do ensino e a organização de atividades pedagógicas que possam favorecer a aprendizagem de conhecimentos futuros com os olhos no presente. Para Leontiev, o que motiva o sujeito é a necessidade. As atividades humanas são consideradas por Leontiev como formas de relação do homem com o mundo, dirigidas por motivos, por fins a serem alcançados. A ideia de atividade envolve a noção de que o homem orienta-se por objetivos, agindo de forma intencional, por meio de ações planejadas (MOURA, 1998, p. 513).

No processo de construção e efetivação da aprendizagem, é essencial a troca de experiências, de conhecimentos e de informações entre os alunos. A aprendizagem é desencadeada por situações nas quais os alunos, interagindo com outras pessoas, podem levantar hipóteses, receber ajuda e refletir. Tanto alunos quanto professores precisam acreditar na capacidade de elaborar, construir conhecimentos. Isso é fundamental para o desempenho do aluno e leva o professor a respeitá-los e apoiá-los. Quando o educador busca compreender o caminho de aprendizagem que o aluno percorre, enxergar e valorizar os conhecimentos de mundo que ele traz consigo, constrói estratégias que o levam a aprender o que ainda não sabe. O professor tem papel fundamental e, pode-se dizer que, em muitas situações até determinante no processo de construção do conhecimento.

3.1 O PAPEL SOCIAL E HUMANITÁRIO DO PERSONAGEM EDUCADOR

Dentre as políticas públicas educacionais, a formação docente não é considerada prioridade e os desafios enfrentados pela escola exigem outro patamar do trabalho educativo. Além de uma formação inicial sólida, consistente, é necessário que essa formação seja oportunizada continuamente, promovendo seu desenvolvimento profissional e pessoal.

Tão importante quanto à formação dos educadores, é necessário assegurar as condições essenciais para uma educação com qualidade. Dentre as indispensáveis pode-se

citar: a existência de um projeto pedagógico claro e elaborado por todos os segmentos da comunidade escolar; escola organizada de forma flexível; quadro estável de profissionais; apoio administrativo aos projetos educativos; espaço e instalações adequadas; disponibilidade e qualidade dos recursos didáticos; materiais didáticos diversificados e condições adequadas de trabalho e de salário. Essas condições permitem aos educadores oferecer um ensino que realmente promova a aprendizagem e medeie os destinos da educação e da profissão.

Quem escolhe a profissão de professor precisa estar consciente que o trabalho do docente exige muita dedicação e atualização, pois essa está em constante mudança. Assim, a preparação necessária para estar “em dia” com sua profissão nunca terminará; é um processo permanente.

3.2 FUNÇÃO DO EDUCADOR

A docência é uma profissão com indubitável carga ética, na qual é imprescindível uma importante dose de altruísmo. É obrigação do docente ser o formador das novas gerações e fazê-lo com sabedoria, habilidade e tato, para converter-se em referência e modelo para seus alunos. Deve estar aberto ao pensamento inovador, sempre e quando isso redundar em benefício de uma melhor aprendizagem para as pessoas cuja instrução é responsável [...]; deve também saber transmitir os valores que permitam a seus alunos desenvolver-se como seres humanos respeitadores do próximo e do mundo em que vivem (GUIA DE AÇÃO DOCENTE, [s.d.], p. 41).

Na atualidade, o debate gira em torno da necessidade de reconstruir-se a identidade de professor. A formação é parte essencial desse processo de profissionalização.

Profissionalismo exige compreensão e competência para identificar e resolver questões educativas e autonomia para tomar e executar as decisões com responsabilidade. Exige, ainda, que o professor saiba avaliar a sua atuação e o contexto em que atua. Necessita ter, também, competência para contribuir na elaboração de projeto educativo e curricular, identificando e adotando as melhores opções pedagógicas.

A concepção de competência é reconhecida e faz o diferencial na prática pedagógica. Assim, faz-se necessário investir no saber trabalhar coletivamente, aprender a buscar, pesquisar e produzir. A apresentação dessas atitudes aos alunos pode ser um diferencial no processo ensino-aprendizagem. É premente que o professor se dê conta da necessidade de criar e recriar sua prática, adaptar teorias, métodos, técnicas e recursos didáticos aprimorados por outros educadores, em especial quando trabalha com ensino de

adultos, pois esse demanda o atendimento diferenciado em relação a alunos de cursos ditos “regulares”.

Tornou-se então prioridade o desenvolvimento de competências profissionais básicas sem as quais não se pode falar de profissionalização. São elas: competência de utilizar a leitura e a escrita como instrumentos para o desenvolvimento profissional e a competência de trabalhar em equipe (PCN, 2002, p.17).

Na maioria das vezes, os professores iniciam a carreira docente divididos entre necessidades pessoais e valores profissionais. A escolha de uma profissão é fruto de muitos fatores, de acasos e circunstâncias, aspirações e constrangimentos, coincidências e decisões. Talvez porque goste de crianças, ou porque ache bonito o ato de ensinar. A escolha pode resultar ainda em uma profunda convicção de que era isso mesmo que queria fazer.

A competência profissional possibilita ao educador uma relação de autonomia no trabalho, gerando situações de intervenção pedagógica, integrando saberes, sensibilidade e intencionalidade para intervir no contexto escolar. Nem sempre é fácil estar ali: há inúmeras expectativas, uma variedade de papéis a desempenhar, uma hierarquia a seguir, uma organização e instituição de trabalho a respeitar. Tudo isso acaba levando a um modo de ser e exercer o papel de docente, que vai sendo formulado no contexto social em que se atua.

Se o professor entendesse que ele não é uma máquina de ensinar, muito sofrimento seria evitado. Ele é um ser que busca dar significado ao aprendizado, dar sentido àquilo que é aprendido. Não adianta ensinar se ele mesmo não tem convicção de que aquilo que ele está passando tem sentido para a vida prática, para a vida do aluno. O velho paradigma ainda é muito resistente. O novo está nascendo dentro do velho sistema com muita dificuldade [...] (GADOTTI, 2000, p. 29).

A identidade do professor, como a de outros tantos profissionais, é delimitada pela interação do trabalho com a vida pessoal. Uma batalha que se trava, dentro de cada um, entre as chamadas frustrações e alegrias. Por um lado, você se sente em falta porque fica pouco tempo em casa, a remuneração é baixa, alguns alunos parecem obstinar-se a não aprender e suas famílias não se importam e nem os apoiam. De outro, no entanto, há satisfação: o sucesso da classe, o reconhecimento da comunidade, a aprendizagem de um aluno que só você é capaz de ensinar.

Aprender constantemente, desenvolver e dominar uma série de capacidades e habilidades, enfim, o educador ou os profissionais de modo geral, podem buscar um novo sentido para o seu trabalho, tornando-se eficiente na função que exercem, a qual vai além do simples ato de dar aula ou de repassar conteúdos. O papel do professor amplia-se para o de mediador das dimensões cognitivas, afetivas e sociais, embora exerça ao mesmo tempo o papel de especialista, de orientador das atividades do aluno, de consultor, de facilitador. O professor mediador procura ter uma relação de confiança, de cúmplice com aluno na

construção do conhecimento, assim como na construção de valores e competências. Instigar o aluno a assumir responsabilidades e estar comprometido com a sua aprendizagem, também é função do professor mediador.

Sabe-se que educar é muito mais que reunir pessoas numa sala de aula e transmitirlhes um conteúdo pronto. É papel do professor que atua na EJA, compreender melhor o aluno e sua realidade diária. Enfim, é acreditar nas possibilidades do ser humano, buscando seu crescimento pessoal e profissional (LOPES e SOUSA, [s.d.]).

Ser professor é despertar “futuros”, é formar pessoas que pensam, aprendam, saibam fazer, avaliar e refazer tudo novamente, se necessário for. Ser educador é ainda oportunizar aos alunos o sucesso na sua passagem pelo período escolar. É ter explícita a noção de que o fracasso nos estudos, quando isso ocorre, é em parte sua responsabilidade, pois está ali para ajudá-los na construção do conhecimento e na constituição de cidadãos críticos, conscientes e responsáveis.

Podemos dizer que:

Outro fator importante para poder trabalhar com alunos é a capacidade de atenuar os conflitos existentes com eles e entre eles. Se um professor fica nervoso por causa de um aluno, será muito difícil trabalhar com ele de maneira eficaz. Além disso, o professor precisa conseguir que as pessoas trabalhem em cooperação. É fácil imaginar, por exemplo, uma classe envolvida numa briga. Coisas lamentáveis como essas podem, muito bem, ser consequência de que o professor não tenha a habilidade de obter que os alunos trabalhem juntos. Isto difere da cooperação entre professor e aluno devido a tratar-se de desenvolver relações interpessoais entre alunos e com alunos (GUIA DA AÇÃO DOCENTE, [s.d.], p. 57).

O professor competente é aquele que ensina a aprender. A sua competência, criatividade e o seu envolvimento resultarão na ação do aluno dentro do processo pedagógico. Não haverá perdedores; todos são vitoriosos, pois possuem objetivos em comum.

3.3 AVALIAÇÃO EJA E O PAPEL DO PROFESSOR

Olhando-se para o passado encontram-se duas concepções sobre o papel do professor. Uma delas está vinculada à noção de autoritarismo: o professor é detentor único do saber, transmissor de conhecimentos, modelador de comportamentos. O professor representava poder sobre os alunos. Nem todos os professores, contudo, utilizava-se desse privilégio.

Por outro lado, o papel do professor representou respeito, compreensão, admiração; era um exemplo a ser seguido. Muitos profissionais da atualidade iniciaram seu projeto profissional inspirados na admiração e imitação dos seus professores. Imitavam-nos em suas falas, gestos, modos de se vestir, e em seus comportamentos.

Atualmente, ao papel do professor são associados diversos significados, transmissor de conhecimentos, de dono da verdade, de lugar de respeito e até mediador de conhecimento. Um aspecto indispensável que ajudará o professor na consolidação do seu papel é que, ao mediar o conhecimento produzido historicamente, deve permear uma relação de respeito às diversidades.

Freire ao descrever o professor mediador menciona que:

A professora democrática, coerente, competente, que testemunha seu gosto pela vida, sua esperança no mundo melhor, que atesta sua capacidade de luta, seu respeito às diferenças, sabe cada vez mais o valor que tem para a modificação da realidade, a maneira consistente com que vive sua presença no mundo, de que sua experiência na escola é apenas um momento, mas um momento importante que precisa ser autenticamente vivido (FREIRE, 1996, p. 127).

Faz-se necessário que a sua prática pedagógica compreenda o aluno em seu contexto cultural, social e econômico. Dessa maneira, o professor estará conhecendo melhor seus pensamentos e sua forma de relacionar-se com o mundo. Poderá, assim, organizar situações de aprendizagem e desenvolvimento mais eficazes. Mantendo-se continuamente atualizado. O professor motivador esclarece dúvidas, reflete sobre as diversas situações de aprendizagem em sua sala de aula promovendo o avanço na melhoria na qualidade da educação e, desse modo, na sua competência pedagógica.

A formação continuada é uma necessidade essencial e faz parte permanente de desenvolvimento profissional que deve ser assegurada a todos. O documento do MEC “Referenciais para a formação de professores” (1999, p. 70) destaca que:

[...] a formação continuada deve propiciar atualizações, aprofundamento das temáticas educacionais e apoiar-se numa reflexão sobre a prática educativa, promovendo um processo constante de auto-avaliação que oriente a construção contínua de competências profissionais. Porém, um processo de reflexão exige predisposição a um questionamento crítico da intervenção educativa e uma análise da prática na perspectiva de seus pressupostos (BRASIL, 1999).

A formação continuada pode acontecer tanto no trabalho dentro da escola quanto fora dela, refletindo nas atividades docentes, as quais devem ser planejadas em função do projeto educativo, das necessidades, das diretrizes e dos objetivos educacionais presentes no Projeto Político Pedagógico.

Ao ofertar uma educação de qualidade, alguns desafios serão enfrentados, especialmente, quanto à formação dos professores. Esses precisam estar preparados a apropriarem-se das competências relacionadas ao saber avaliar. Ser um avaliador competente implica gerar habilidades como: analisar, diagnosticar, rever, preparar, comparar, propor, articular, mediatizar, entre outras. Isso porque “as melhorias no ensino e no aprendizado não podem ser separadas de melhoria na competência dos professores como avaliadores” (SOUTHARD, 1995, p.39). Esse é um dos maiores desafios encontrados na área educacional.

O professor atualizado compreenderá o aluno em suas necessidades e interesses. É preciso orientá-lo para interesses e necessidades de efetiva aprendizagem escolar. Não se pode deixar a responsabilidade do processo de ensino aprendizagem na espontaneidade dos alunos. O professor e a escola são os responsáveis pela condução desse processo. Esse será sustentado pelo equilíbrio fornecido pela avaliação, que é um dos eixos centrais da educação. Nesse sentido, Esteban argumenta que:

Professores arriscam novas possibilidades, delineiam novos percursos, esboçam novas análises de antigas questões e se sentem estimulados pelos desafios diários implícitos no ser professor: profissionais cientes dos riscos e erros entranhados na construção do novo, capazes de ler nos erros respostas que instigam a repensar o processo e sinalizam novos pontos de partida (ESTEBAN, 2003, p. 25).

À medida que a avaliação vai acompanhando a prática pedagógica, procedimentos são alterados, instrumentos são acrescentados, sempre mantendo o foco no processo educativo e nos efeitos causados nos alunos.

Sabe-se que um dos objetivos da avaliação é conferir, “mensurar” o rendimento escolar. Assim, essa tem um caráter intencional devendo ser planejada criteriosamente, constantemente reavaliada e alterada, se necessário. Além de exigir determinadas competências do avaliador.

Avaliar envolve, requer uma visão que vai muito além de estipular uma nota ou um conceito ao aluno. É necessário perceber se o ensino cumpriu sua tarefa, analisando individualmente e coletivamente os dados, assim como os instrumentos usados para coletá-los; confrontar os resultados obtidos com a dinâmica do ensino. Envolve, também, avaliar a ação do professor, das condições em que a mesma foi realizada e todos os aspectos envolvidos para que a avaliação tenha sentido.

Quando a avaliação é planejada, cada um, professores e alunos, assumem sua parcela de responsabilidade. A tomada de decisão acerca da avaliação do rendimento do aluno como, por exemplo, frequência, diversidade, quantidade, vai depender do Projeto Político

Pedagógico da escola, do Regimento Interno e da especificidade de cada disciplina. Não é algo que possa ser executado sem o prévio planejamento.

4 RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Por natureza o ser humano é sociável. Convive com pessoas das mais diversas crenças, personalidade e valores. Assim aprende e constrói sua personalidade, adapta-se e aperfeiçoa comportamentos, hábitos e valores. Essas relações humanas são indispensáveis para o crescimento comportamental e profissional. Como não valorizar essa ação recíproca e absolutamente necessária entre educadores e educandos?

Morales destaca que:

[...] O modo como se dá nossa relação com os alunos pode e deve incidir positivamente tanto no aprendizado deles, e não só da matéria que damos, como em nossa própria satisfação pessoal e profissional, porque nossa relação com os alunos deve ser considerada uma relação profissional. Precisamente por se tratar de uma tarefa profissional, não podemos deixar de lado um aspecto que diz respeito diretamente à eficácia do que fazemos (MORALES, 2000, p. 10).

O professor que não se revela tolerante, paciente, flexível e que não possui cordialidade para com os alunos, que não se envolve nas tarefas e na capacidade de estimular e incentivar o seu aluno na construção do seu conhecimento, possivelmente não terá uma relação tranquila com seu aluno e muitos problemas surgirão no decorrer do processo.

Os aspectos mais relacionais emergem em todas as idades, embora sejam os mais velhos que, logicamente, manifestem isso com maior clareza: o bom professor sabe dar segurança, é próximo e familiar; é sensível às necessidades dos alunos, dá ajuda extra; não discrimina; auxilia os que vão pior, é humilde e reconhece os próprios equívocos (MORALES, 2000, p. 33).

Torna-se impossível trabalhar separando a realidade do professor e do aluno. Dois mundos muito diferentes, no entanto, tanto professor quanto aluno, ensinam e aprendem através da troca de experiências. Em consequência da relação professor-aluno, o professor adquire novas formas de compreender o mundo, sua profissão, sua atuação e seus alunos. É possível, também rever comportamentos, valores, mudar atitudes e alterar posturas.

A afetividade, a confiança, a empatia e o respeito são ingredientes imprescindíveis no desenvolvimento das habilidades da leitura, escrita, do pensar e da autonomia do aluno. O educador pode nortear seu trabalho em tais sentimentos, porém não pode permitir que interfiram no cumprimento ético de seu dever de “formador” de cidadãos perfeitos, completos. Um ambiente de confiança e de segurança é primordial para aprender e internalizar o que se vai aprendendo.

No processo ensino-aprendizagem organizam-se ações pedagógicas, cognitivas, afetivas e sociais nas quais o diálogo é fundamental e, juntos, professor e alunos chegam a uma síntese do conhecimento.

Cada um de nós conserva imagens inesquecíveis dos primeiros dias de aula e da lenta odisséia pedagógica a que se deve o desenvolvimento do nosso espírito e, em larga medida, a formação da nossa personalidade. O que nos ensinaram, a matéria desse ensino, perdeu-se. Mas se, adultos, esquecemos o que em crianças aprendemos, o que nunca desaparece é o clima desses dias de colégio: as aulas e o recreio, os exercícios e os jogos, os colegas. O valor pedagógico da relação professor-aluno. E por que não dizer também que sempre nos lembraremos daqueles que foram nossos professores, de suas personalidades, de suas formas de agir, de pensar e de se expressar? (GUSDORF apud HAIDT, 1994, p. 55).

Além de proporcionar um clima estável, propício à aprendizagem, é indispensável que o professor possua conhecimentos e habilidades suficientes para poder auxiliar o aluno no processo de construção de novos conceitos de mundo, tendo o compromisso de ensiná-los a buscar pontos de vista diferentes para uma mesma situação e empenhar-se para a solução dos mais variados problemas. É importante que o educador esteja atento às dificuldades dos educandos para poder ajudá-los a avançar, atuando de maneira que o mesmo veja nele alguém disposto a auxiliá-lo em suas conquistas.

4.1 O EDUCADOR E SEUS INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

A profissão de professor exige alguns requisitos básicos: buscar conhecimento do currículo escolar e dos alunos com quem trabalha. É imprescindível conhecer seus alunos: como são suas vidas, sua história, sua cultura, seus sonhos; conhecer como o aluno aprende e como acontece a aprendizagem; é indiscutível a articulação entre o pedagógico e o humano; o técnico e o social. É necessário saber criar espaços para troca de experiências e saberes; aperfeiçoar e adotar valores. O educador precisa descobrir novas maneiras de proporcionar a construção do conhecimento; exercitar a interdisciplinaridade; proporcionar com o seu fazer pedagógico uma aprendizagem significativa e prazerosa; sua contribuição na formação de educandos autônomos, aptos para transformar a sociedade, o mundo, num lugar mais justo e mais solidário, é indispensável. “Nós não podemos deixar passar pela escola milhares de alunos e devolvê-los à sociedade sem que eles saibam, porque tem o direito de aprender”. (WERNECK, 2002, p. 20)

Esses pontos são adquiridos, além de outros fatores, por meio da formação contínua que se estenderá durante toda sua vida profissional.

O desenvolvimento acelerado do conhecimento social trouxe-nos uma nova clientela; assim, precisa-se saber como pensam, interagem e sentem. E a organização do trabalho docente transforma-se num meio significativo de (re)construção do conhecimento. Para que essa organização seja eficiente, instrumentos como a observação, o planejamento, o registro e a reflexão são imprescindíveis e contribuem para a qualidade de ensino-aprendizagem.

4.1.1 A Observação

Ao observar, o professor, além de olhar para si mesmo, olha o outro e a sua história, numa relação de troca, de diálogo, refletindo sobre a realidade que os cerca. Esse olhar o outro deve levar consigo interrogações que visam compreender e respeitar as diferenças.

Observar é um processo que exige atitudes de olhar, ouvir e sentir. É preciso que o educador tenha uma atitude de percepção, nesse imenso universo não verbal. Assim, a observação fará parte integrante do processo educativo, tanto para alunos, quanto para professores. Ao professor, cabe “olhar” o aluno com o objetivo de percebê-lo na sua totalidade (vivências, cultura, experiências, características, gostos, sentimentos, etc.) dessa forma, a observação incentiva o desenvolvimento da sensibilidade e a percepção do outro (alunos e professores).

Sobre os recursos utilizados para tornar o processo de avaliação mais eficiente, Haydt afirma que,

A observação é uma das técnicas de que o professor dispõe para melhor conhecer o comportamento de seus alunos, identificando suas dificuldades e avaliando seu desempenho nas várias atividades realizadas e seu progresso na aprendizagem. Através da observação direta dos alunos no contexto das atividades cotidianas de sala de aula, onde eles agem espontaneamente, sem pressão externa que altere sua conduta (como no caso de uma situação de prova), o professor pode colher e registrar muitas informações úteis sobre o rendimento escolar, complementando os dados fornecidos por provas e testes (HAYDT, 1994, p. 123).

O ato de observar deve ser planejado e possuir ação questionadora, pesquisadora, reflexiva, que ajuda no entendimento dessa diversidade cultural e aperfeiçoar a relação entre professor/alunos e alunos/alunos.

Nessa ação de registrar, planejadamente, a observação, estar-se-á revendo hipóteses, replanejando, estudando o que falta ser observado e mudando o foco da avaliação, se necessário; apontar alternativas para lançar os desafios e mediar os conceitos científicos, conteúdos e conhecimentos cotidianos do aluno inteirando-os com a realidade.

A base de boa parte da aprendizagem é a observação, que não é apenas o emprego de um ou mais órgãos sensoriais. Implica estar aberta, explorar, investigar, empregar a mente; supõe atenção aos elementos que devem observar-se, e isto sempre se realiza com determinado propósito; e para fazê-lo bem a pessoa deve saber o que vai observar. Aquilo que se percebe ao observar algo deve depois ser pensado, analisado, meditado, avaliado (GUIA DE AÇÃO DOCENTE, [s.d.], p. 124).

A observação é de valor imensurável para o incentivo e estímulo à aprendizagem. Quanto mais claros os pontos levantados, mais fácil será intervir e encaminhar o trabalho.

4.1.2 Planejamento

O planejamento é um instrumento que intervém na realidade, e constitui-se como proposta para transformar e superar concepções que desviam a prática dos professores e da escola do contexto social.

Há muitas concepções sobre a função do planejamento. Busca-se superar a ideia de que o planejamento é uma simples questão técnica, elaborado por uma equipe que decide o que o coletivo deve realizar.

Esse tema é parte das muitas discussões que giram em torno das mudanças no processo educacional. Hoje se criam condições para a elaboração e implementação de um planejamento construído pelo coletivo da escola. Todos os envolvidos no processo de construção do conhecimento decidem o que é mais adequado para o grupo.

[...] ao iniciar um ano letivo, refletir sobre o que ensinar entre toda enxurrada de temas que os livros propõem, mas principalmente por que este e não aquele tema, sempre considerando os objetivos que se buscam alcançar. [...]. Nesse o que e por que ensinar deve-se pensar no aluno, em sua vida, nos desafios que enfrenta, nas relações que estabelece e para tudo isso o que realmente necessita, para a partir desses referenciais e dessas necessidades se chegar à eleição dos temas a serem trabalhados (ANTUNES, 2002, p. 38).

O planejamento é um instrumento pelo qual o professor poderá organizar, delimitar e objetivar a sua ação. É preciso considerar que o ato de planejar requer a definição das finalidades, conhecimento da realidade e, também, a definição dos meios que serão utilizados para se obter o resultado esperado pela nossa ação.

O professor, sendo o mediador do conhecimento, planeja atividades que estabeleçam a aprendizagem, a investigação e a pesquisa. Uma das características do planejamento é a sua flexibilidade. Esta permite ao educador repensar, revisar, busca novos significados para sua prática pedagógica. Planejamento como estratégia de avaliação da prática docente.

4.1.3 O Registro e a Reflexão

O Registro é uma marca do processo da história vivida. A escrita organiza e articula o pensamento em um exercício disciplinado e, muitas vezes, de persistência, na tentativa de apreensão e de compreensão do real.

Para que os dados fornecidos pela observação sejam realmente úteis, eles devem ser anotados e constituir um registro escrito de fatos significativos da vida escolar do aluno. [...] podem ser registrados em fichas individuais ou em um caderno, reservando-se algumas páginas para cada aluno (HAYDT, 1994, p. 126).

A construção do conhecimento requer a escrita e a reflexão da nossa prática. Essas são disciplinas necessárias para um novo fazer pedagógico. Todo professor deve ter seu espaço de registro no plano diário: registro do seu fazer pedagógico, do planejamento das ações e da avaliação junto aos alunos.

Os registros devem acontecer diariamente. Essa atitude contribui na organização do trabalho e permite a reflexão e o replanejamento da ação educativa. Pode-se registrar o que ocorreu de mais significativo: se as atividades propostas foram eficazes; se os objetivos foram atingidos; quais os pontos positivos; o que faltou e o que precisa ser aperfeiçoado, as facilidades e dificuldades ao encaminhar os conteúdos e atividades.

A cada dia ou semana após o trabalho precisa-se parar, pensar, refletir e anotar sobre detalhes da prática pedagógica. Assim, o professor terá a oportunidade de relembrar fatos ou acontecimentos e encontrar alternativas para a solução dos problemas que aparecerem.

5 OS DIFERENTES MOMENTOS DA AVALIAÇÃO NO BRASIL: COMPREENDENDO A AVALIAÇÃO A PARTIR DE SUA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA

Ao longo da história da Educação o processo de avaliação pode ser dividido em três grandes momentos, que, de maneira progressiva vão se configurando de acordo com as necessidades da história de cada etapa.

Parafraseando Ribeiro *et all* (2004), num primeiro momento, a avaliação aparece no processo de ensino e aprendizagem elementar. Alguém aprende com alguém de forma individualizada. O processo de ensino e aprendizagem não se estruturou como uma atividade especial tanto para a capacitação dentro do próprio processo de trabalho quanto como um processo de capacitação para o convívio social nos seus aspectos familiares e comunitários. A avaliação ocorre em todos os momentos, servindo para retroalimentar o processo não possuindo caráter classificatório. Cita-se a educação jesuítica que prezava pela aprendizagem memorística e reprodutiva. O objetivo era a reprodução fidedigna de dogmas religiosos. Nessa forma de educar, a avaliação voltou-se para a formação através de conhecimentos compatíveis com os ideais do clero. Não havia preocupação em articular a avaliação aos demais elementos norteadores do processo de ensino aprendizagem.

No segundo momento, as necessidades emergentes do mercado de trabalho, decorrentes do processo de industrialização, são determinantes para que as práticas de ensino e aprendizagem se institucionalizem na escola por série que continua presente na escola atual. Assim, a avaliação permite visualizar a relação entre a finalidade que justifica a existência da escola como instituição e os resultados decorrentes do processo instrutivo-educativo possibilitando a sua visualização por meio da utilização de provas. Essa etapa é caracterizada pela “Tendência Tecnicista” que procura suprir às necessidades de uma educação voltada para o capital. Capacita para o mercado de trabalho e objetiva um perfil de cidadão que supra a crescente e exigente demanda do mesmo.

Segundo Ribeiro *et all* (2004), na Tendência Tecnicista a avaliação proposta é a classificatória, que é a acumulação de mão-de-obra excedente para o mercado de trabalho. Cria-se a necessidade de discriminar diferenças entre os sujeitos sobre suas aptidões, conhecimentos e habilidades. Assim, essa concepção limita a possibilidade do ato de avaliar tornar-se um elemento que promove o desenvolvimento integral do sujeito respeitando suas

singularidades para construir e elaborar conhecimentos e assumir posturas que satisfaçam suas necessidades.

O terceiro momento, inclui-se as escolas em um sistema de educação que tem a finalidade de materializar uma política educacional legitimadora das características da sociedade capitalista. De acordo com Ribeiro *et all*, (2004), “[o]s sistemas educacionais geram novos objetivos e novos critérios de avaliação, que têm por finalidade verificar se os alunos atingem as condições mínimas de relação entre os conhecimentos e habilidades adquiridos em contextos diferentes.” Assim, a avaliação diagnóstica assume importante papel no sentido de indicar as diferenças para que os professores trabalhem os mesmos conteúdos com uma clientela de diferentes contextos. A partir disso, novos elementos são incorporados e precisam ser avaliados, abrem-se novas perspectivas para o processo avaliativo. Corroborando essa ideia, Souza faz uma explanação sobre o ato de avaliar:

[...] Avaliar não é só medir, mas é acima de tudo possibilitar o desenvolvimento do educando [...] o processo avaliativo inclui a medida, mas não se esgota nela. A medida revela o quanto o aluno possui de determinada habilidade e a avaliação informa sobre o valor desta habilidade (SOUZA, *apud* POPHAN, 1993, p. 54).

A avaliação centrada no processo do aluno, em seus conhecimentos prévios, suas motivações e expectativas superam o ato avaliativo como momento de simplesmente aferir resultados. Com essa forma de avaliar, há a possibilidade de intervir no desenvolvimento real do aluno e, por meio dessa mediação, possibilitar a materialização de crescentes habilidades e potencialidades.

5.1 A TEMÁTICA DA AVALIAÇÃO: PARA QUE AVALIAR E O QUE AVALIAR?

Além de planejar as situações de aprendizagem, o professor precisa também avaliar o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos. Essa investigação é importante porque lhe permite saber de onde vai partir a aprendizagem que se espera que aconteça.

A avaliação é importante tanto para os alunos como para os professores. Para os alunos, porque assim conhecem o que vale a pena estudar, as lacunas que têm. Para os professores, porque comprovam a eficácia do ensino, o grau de conhecimento e o domínio do conteúdo (Equipe Cultural, [s.d.], p.85).

A avaliação é indispensável, pois é preciso verificar como a aprendizagem está progredindo; se os alunos estão de fato aprendendo e em que momentos o professor deve

fazer as suas intervenções. Isso dá ao educador subsídios para verificar a relação entre as propostas didáticas planejadas e a aprendizagem de fato conquistada pelos alunos, assim, oportunizando ao mesmo redimensionar seu planejamento.

Na prática mais tradicional, a avaliação geralmente apresentava ou apresentava um caráter punitivo, mensurador de conhecimentos repetidos, classificatório, que em muitos casos reforçava o fracasso, a incapacidade, a incompetência, criando no aluno a sensação de inferioridade e submissão.

A avaliação com o sentido construtivo permite que alunos e professores discutam o que foi trabalhado, as dificuldades de assimilação dos conteúdos conceituais, as eficiências e deficiências das ações procedimentais e atitudinais, para que a aprendizagem seja coletiva e o projeto pedagógico seja redirecionado e reorganizado na tentativa de superação.

[...] os alunos, quando avaliados, são perguntados acerca de uma parte do que foi ensinado. Muito foi ensinado e, muito pouco, foi perguntado nas avaliações. Com avaliações tão falhas podemos dar notas elevadas para as que aparentemente sabem e, notas baixas, para quem assimilou muito da matéria, menos a que caiu na prova. Seria uma triste coincidência? Não, não é coincidência, mas é triste, porque o tempo e a quantidade, sem falar na qualidade dos meios avaliativos são muito reduzidos em relação ao todo aplicado ao ensino, num determinado período letivo (WERNECK, 2002, p. 88).

A avaliação é uma das tarefas mais complexas para o educador, pois se constitui um processo contínuo e não se limita à correção, indo muito além dela. No momento de planejar as avaliações, considera-se que duas questões devem ser observadas:

- Para que avaliar?
- O que avaliar?

Essa reflexão proporciona ao profissional da educação perceber a avaliação como instrumento auxiliador na melhoria dos resultados da aprendizagem, como um diagnóstico da execução dos resultados que estão sendo buscados e obtidos.

A avaliação é uma atividade permanente e o professor deve exercer sua função de mediador, propiciando aos alunos condições para que enfrentem os desafios que surgem durante o processo de construção do conhecimento, como forma de desenvolver as habilidades e competências, o que concorrerá para a formação de cidadãos que contribuirão para a transformação social.

É importante que se faça uma reflexão sobre a competência em avaliar. “Nós temos autoridade para conferir um valor ou dar um parecer nobre sobre um aluno em função da nossa competência” (WERNECK, 2002, p. 20).

O ato de avaliar não deve ser o de julgar os erros e acertos do aprendiz. Ao contrário, os erros e os acertos devem servir como um modo de fazer os alunos amadurecerem, construírem novos conhecimentos, evoluírem. Aprendizagens significativas são resultados de uma avaliação coerente. Para isso é necessário que o professor percorra o campo da aprendizagem junto com o aluno, refletindo e buscando o melhor junto com ele.

A avaliação deve ser uma busca de indícios, de sinais da trajetória pelos alunos e serve também de sinal ao professor sobre como ele tem de fazer e por onde tem que continuar. Há outro aspecto relevante a considerar sobre avaliação: coerência. Quando se pensa em coerência, pensa-se no encaminhamento pedagógico direcionado às atividades em sala de aula e na linha teórico-metodológica proposta. É com esse olhar que o educador deverá encaminhar o processo de avaliação.

Ainda ao se referir à coerência, o professor não pode esquecer uma questão muito importante: respeitar o tempo de aprendizagem do aluno. Todos têm o seu próprio tempo para construir e aprender, independente da idade que tenham.

Os educadores ao avaliar seus alunos, não podem esquecer também de “avaliar a própria atuação como professores e as atividades de ensino que foram planejadas e desenvolvidas com eles (COLL, 1997, p. 198).” O desafio é criar estratégias interativas e diversificadas que favoreça o desenvolvimento de todos.

Corroborando, discorre Perrenoud:

O desafio, então, é fazer da avaliação um verdadeiro instrumento de pilotagem das aprendizagens, fazer com que, ao longo das décadas, os professores estejam cada vez mais bem-armados para compreender os obstáculos e as resistências às aprendizagens, para avaliar de maneira mais precisa tanto as aquisições quanto as maneiras de aprender. Não conseguir isso seria a verdadeira derrota da democratização dos saberes escolares (PERRENOUD, 2009, p. 10).

Uma atividade avaliativa representa um desafio suficiente para que os alunos possam fazer uso e refletir a respeito das aprendizagens realizadas. A autoavaliação é uma maneira que o aluno tem de interpretar seu próprio desempenho. Essa é fundamental, pois contribui para que o aluno conheça a si mesmo e, assim, auxiliará o professor a conhecê-lo melhor. Faz-se necessário que as pessoas envolvidas estejam muito bem preparadas, e que os critérios estejam bem definidos.

Sugere-se que o professor também faça, constantemente, uma autoavaliação dos avanços do seu trabalho e dos avanços do grupo. Avaliando os conteúdos abordados e as aprendizagens ocorridas, poderá decidir se deve seguir em frente ou propor novos desafios que atendam às necessidades de seus alunos reorganizando a sua prática.

Avaliar, nesse sentido, passa a ser um processo contínuo e acumulativo, que propicia momentos de reflexão sobre a prática educativa. Compete ao professor, também, orientar e incentivar seus alunos no caminho de novas descobertas.

6 O PERFIL DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB – determina que,

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1997,p. 2).

A Educação de Jovens e Adultos é um grande desafio. Como pensar metodologias, técnicas, profissionais habilitados para oferecer uma educação de qualidade e que atenda às necessidades dessa clientela que tem a oportunidade de aprender, enfrentar, escolher e assumir-se enquanto cidadão que faz história e que é capaz de mudar a sua história?

Quando o adulto chega à escola traz uma “bagagem” de habilidades e também de muitas fragilidades. Os adultos trabalham, constituem família, têm relacionamentos amorosos, possuem sentimentos (os mais diversos), educam seus filhos e traçam metas. Todas essas características fazem com que sejam encarados de uma maneira diferente daquela da criança e do jovem.

Quando se trata de Educação de Jovens e Adultos, a questão idade é apenas um detalhe em meio a tantos outros. Roubando-lhes a oportunidade de fazer parte desse mundo encantador: o mundo do conhecimento sistematizado que, em parte se apresenta como um desafio extra para os adultos que estão regressando à escola. Como entrar nesse mesmo mundo que o excluiu? Que o deixou a mercê do aperfeiçoamento, das chances de melhores e maiores oportunidades pessoais e profissionais?

Percebe-se que o desafio maior é entender os estudantes adultos, conhecê-los, descobrir como percebem o mundo. Que conceito de educação, de ensino, de aprendizagem eles trazem? Qual a metodologia mais propícia para esses alunos? Essas questões podem ajudar o professor a melhorar sua práxis pedagógica.

O jovem e o adulto trazem uma bagagem significativa ao chegar à escola. Bagagem essa, muitas vezes, repleta de marcas, traumas, vergonhas, experiências desagradáveis e inseguranças. Trazem, também, experiências riquíssimas, conhecimentos acumulados, metas traçadas, sonhos, que devem ser respeitados. Esse adulto é um sujeito de sentimentos, que tem emoções e espera que acreditem, apostem na sua capacidade de aprender.

No que se refere aos alunos da educação de Jovens e Adultos e sua condição humana, Arroyo nos diz que:

A EJA nomeia os jovens e adultos pela sua realidade social: oprimidos, pobres, sem terra, sem teto, sem horizontes. Pode ser retrocesso encobrir essa realidade brutal sob nomes mais nossos de nossos discursos como escolares, como pesquisadores ou formuladores de políticas: repetentes, defasados, aceleráveis, analfabetos, candidatos à suplência, discriminados, empregáveis... Esses nomes escolares deixam de fora dimensões de sua condição humana que são fundamentais para as experiências de educação (ARROYO, 2001, p.09).

Ao falar em alunos, aprendizagem e currículo, normalmente fala-se em avaliação. Fonte de temores, inibições e rejeições, pois foi definida como meio de expor os erros e compará-los com os acertos dos mais habilidosos. Esse conceito precisa ser mudado. É importante que a avaliação seja usada como instrumento que fortaleça o desejo de todo aluno em aprender, em superar-se, em desenvolver habilidades, melhorar sua autoestima e suas competências.

Do ponto de vista do jovem e do adulto, o erro significa que não aprendeu ou adquiriu determinado conhecimento ou habilidade. Como consequência disso, surge o medo, a ideia da punição, de castigo, do inaceitável, da repreensão, da incapacidade.

Uma forma de castigar um pouco mais sutil que as anteriores, que existiu no passado e ainda existe, é a prática pela qual o professor cria um clima de medo, tensão e ansiedade entre os alunos: faz uma pergunta a um deles, passando-a para um segundo, um terceiro, quarto, e assim por diante, gerando tensão nos alunos que podem vir a ser os subsequentes na chamada. Desse modo, a classe toda fica tensa, já que cada um espera ser o próximo (LUCKESI, 1996, p. 49).

Na produção do conhecimento, o “tentar”, o “experimentar” faz parte da procura por soluções deste ou daquele problema. Mas, diante do erro, que é fruto natural e que com o passar do tempo, com a maturidade do aluno, será corrigido, o professor poderá considerá-lo como um sinal de fracasso ou como uma oportunidade para buscar uma nova forma de retificá-lo. Esse poderá considerá-lo como parte integrante da aprendizagem e trabalhar a elaboração de novos conceitos, de novas visões, olhares sobre o erro. Percebê-lo como uma ferramenta construtiva do saber.

A avaliação não pode mais ser concebida como instrumento de classificação, punição e, conseqüentemente, de exclusão. Ela é uma ferramenta nas mãos de professores comprometidos com um ensino de qualidade para todos. Sobre isso, Esteban (2003, p. 21), nos diz que:

O erro passa a ser visto por outro prisma, como momento do processo de construção de conhecimentos que dá pistas sobre o modo como cada um está organizando seu pensamento, a forma como está articulando seus diversos saberes, as diversas lógicas que atravessam a dinâmica ensino/aprendizagem, as muitas possibilidades de

interpretação dos fatos, a existência de vários percursos e atalhos, as peculiaridades de cada um nos processos coletivos, a tensão individual/coletivo. Deixa de representar a ausência de conhecimentos, a deficiência, a impossibilidade, a falta.

Assim, o professor avaliador precisa verificar as competências em todas as áreas disciplinares. Através dessa, perceberá melhor quais são as capacidades dos alunos para a aprendizagem, que ser avaliada no início, durante e no final do processo de construção do conhecimento.

7 PROPOSTAS DE AVALIAÇÃO TENDO EM VISTA UMA EDUCAÇÃO PROMOVEDORA DO SABER

Há algumas décadas, na escola, era comum ouvir: “Hoje é dia de prova!” A professora tomava o livro didático e transcrevia algumas questões no quadro negro. Desse modo, a prova ia sendo construída sem, a princípio, a menor preocupação de planejamento.

Com o passar do tempo e por meio da intervenção de teorias pedagógicas, muitos fatores melhoraram no âmbito da Educação e, conseqüentemente, na avaliação. Restam, contudo, muitos resquícios da educação e dos métodos adotados pela escola tradicional. Os professores, em grande parte, não agregam a avaliação no planejamento de suas aulas, ou não o fazem do modo satisfatório.

A palavra-chave, ou uma das palavras-chaves, para o sucesso de todo o Sistema de Educação, ou mesmo da aula em si, é o planejamento. Assim como a avaliação deve estar arraigada com os objetivos de uma aula, a aula que acontece em uma escola deve estar estritamente relacionada a um todo maior, que é o próprio Projeto Político Pedagógico – PPP, e com o Regimento Interno da mesma.

Assim, toda ação avaliativa deve estar pautada no Projeto Político Pedagógico e no que está determinado no Regimento Interno. Esses documentos orientam e, talvez, até determinam os parâmetros essenciais para a aprovação ou contenção de alunos. Eles são, ou deveriam ser, o ponto de partida para tudo o que envolve a ação pedagógica e devem ser indispensáveis, pois são documentos construídos coletivamente por toda a comunidade escolar.

Com base, então, no que foi aprovado pela comunidade escolar, tanto quanto na seleção dos conteúdos adotados para se trabalhar é que devem acontecer as avaliações dos alunos. Não é demais lembrar aqui que, quando se avalia um aluno, avalia-se toda a escola: a aquisição do conhecimento por parte do aluno; como se deu o processo de mediação desse conhecimento por parte do professor entre outros atores e fatores não ligados diretamente a esse processo, como o trabalho do técnico pedagógico, da direção da escola e até de todo o restante da comunidade escolar.

7.1 PROPOSTAS/INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Embora haja divergência entre os estudiosos, nessa monografia os termos “propostas e instrumentos” de avaliação serão encarados como sinônimos, pois se acredita que há uma estreita relação entre os mesmos. Pensa-se que ao indicar uma proposta de avaliação a alguém, da mesma forma se está propondo instrumentos de avaliação.

Vale a ressalva de que instrumento de avaliação é o material usado para se avaliar o aluno. Provas individuais, provas escritas, provas orais, relatórios e resumos são alguns exemplos de instrumentos de avaliação. Para Haydt (1994, p. 56), “A técnica (proposta) de avaliação é o método de se obter as informações desejadas. Os instrumentos de avaliação são o recurso que será usado para isso”.

De acordo com Haydt (1994, p. 16), as propostas e os instrumentos de avaliação têm como base três funções: diagnosticar, controlar e classificar. Pois, a avaliação pode ser diagnóstica, formativa e somativa¹.

Sempre tendo vista essas três funções da avaliação, o professor deverá lançar mão do instrumento adequado no momento oportuno. O professor terá instrumentos acoplados aos seus planos de aula para todas essas funções. Ou seja, para diagnosticar, para constatar e, no final do ano, para *classificar*. Não se deve julgar ou deixar de se trabalhar com nenhuma dessas funções, o grande xis da questão é saber quando fazer uso dessas três funções.

Quais instrumentos, então, utilizar para melhor avaliar os alunos? Essa é uma escolha que deve ser feita pelo próprio professor e de acordo com o que é proposto no PPP e no Regimento Interno da instituição. Os instrumentos podem e devem ser os mais diversificados possíveis, dentre os quais se pode citar: provas orais e escritas individuais ou em dupla; trabalhos em grupo; seminários; discussões orais de determinados pontos do programa; Grupo de Observação e Grupo de Verbalização (GO/GV); confecção de cartazes, apresentações eletrônicas, panfletos, cartilhas; dramatizações; exposições orais, elaboração de jogos, de regimentos; sínteses de filmes, livros e documentários, a autoavaliação, entre inúmeras outras.

¹ A avaliação diagnóstica é aquela realizada no início de um curso, período letivo ou unidade de ensino, com a intenção de constatar se os alunos apresentam ou não o domínio dos pré-requisitos necessários, isto é, se possuem os conhecimentos e habilidades imprescindíveis para as novas aprendizagens. [...] A avaliação formativa é realizada durante o decorrer do ano letivo, com o intuito de verificar se os alunos estão atingindo os objetivos previstos. [...] A avaliação somativa, com função classificatória, realiza-se ao final de um curso, período letivo ou unidade escolar e consiste em classificar os alunos (...)” (HAYDT, 1994, págs. 16, 17, 18).

Basso (2010, p. 53), enquadra as técnicas de ensino e, conseqüentemente, de avaliação em técnicas individualizadas e técnicas socializadas. Entre as técnicas individualizadas, podem-se elencar as seguintes: fichas didáticas, estudo dirigido, instrução programada, módulo de ensino, entre outras. Em relação às técnicas de avaliação socializadas, existem algumas já conhecidas e outras atuais: discussões em pequenos grupos, grupos de verbalização e grupos de observação, dramatizações, soluções de problemas e enigmas propostos, seminários e workshops.

Levando em consideração os desdobramentos anteriormente apresentados, infere-se que são muitas as técnicas de avaliação para os alunos e muito maior é o número de instrumentos que podem ser utilizados, o que possibilita a diversificação da prática avaliativa. Cada proposta de avaliação pode trazer embutida uma de suas três funções – classificar, constatar e diagnosticar - e que depende, mais uma vez, do bom senso do professor de saber lançar mão de cada uma delas no momento oportuno.

8 METODOLOGIA

8.1 UNIDADE DE ANÁLISE

A presente pesquisa aconteceu na Unidade de Educação de Jovens e Adultos da E. M. E. F. Frei Modesto, mais especificamente na EJA de Timbé do Sul, localizada na Rua Felipe Nápoli, s/n, Centro, no mesmo município. Na figura 1 destacamos a cidade de Timbé do Sul, que tem cerca de 5.300 habitantes e se localiza a aproximadamente 50 km do município de Araranguá – SC.



Figura 1: Mapa com a localização do município de Timbé do Sul²

² FONTE: WWW.GOOGLE.IMAGENS.COM, disponível no dia 12 de novembro de 2011.

8.2 NATUREZA DA PESQUISA

Como o próprio título do trabalho sugere e com o que já foi exposto no decorrer do mesmo, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e quantitativa com ausência de gráficos e de outros suportes do gênero.

Por meio dessa pesquisa procurou-se averiguar a própria práxis pedagógica, bem como os métodos didáticos e os instrumentos de avaliação presentes nas aulas da EJA do município em questão.

No dizer de Chizzotti, a abordagem qualitativa:

[...] parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (Chizzotti,1991).

Buscou-se, desse modo, verificar como se desenvolve a práxis de um professor da Educação de Jovens e Adultos da E. M. E. F. Frei Modesto, assim como a visão de dezesseis alunos acerca do ensino EJA e, mais especificamente, sobre a avaliação. Com esse professor e com esses dezesseis alunos fez-se um recorte que tende mostrar parte da prática didática da instituição que serviu de objeto de análise.

8.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A pesquisa discente apoiou-se em um questionário fechado contendo quinze questões objetivas. O mesmo foi aplicado aos dezesseis alunos de uma mesma turma, porém em momentos diferentes. Um questionário aberto contendo oito questões discursivas também foi aplicado ao professor em forma de entrevista.

Na literatura de Chizzotti, a entrevista é:

[...] uma forma de colher informações baseadas no discurso livre do entrevistado. [...] pressupõe-se que o informante é competente para exprimir-se com clareza sobre questões da sua experiência e comunicar representações e análises suas, prestar

informações fidedignas, manifestar em seus atos o significado que têm no contexto em que eles se realizam [...] (CHIZZOTTI, 1991).

Como citado, a entrevista foi realizada com um único professor, habilitado em Letras. Esse foi o único professor dessa escola que se prontificou e facilitou a pesquisa. As falas do professor foram transcritas a lápis na folha do questionário pelo pesquisador e autorizado o seu uso no trabalho. Não se fez uso de gravador ou de outros recursos tecnológicos para o registro das informações.

Sobre a entrevista aplicada a uma só pessoa, Bauer e Gaskell trazem a assertiva:

Com a entrevista com um entrevistado apenas, podemos conseguir detalhes muito mais ricos a respeito de experiências, decisões e sequência das ações, com perguntas indagadoras dirigidas a motivações, em um contexto de informação detalhada sobre circunstâncias particulares. O que o entrevistado diz, e a maneira como a entrevista se desenvolve, pode estar relacionado a outras características relevantes do indivíduo de um modo tal que não é possível dentro da discussão e subsequente análise de um grupo focal (Bauer; Gaskell, 2005).

Nesse sentido, os autores ainda afirmam que:

[...] mais entrevistas não melhoram necessariamente a qualidade, ou levam a uma compreensão mais detalhada. Embora as experiências possam parecer únicas ao indivíduo, as representações de tais experiências não surgem das mentes individuais; em alguma medida, elas são o resultado de processos sociais (Op cit, 2005).

A maioria das onze questões aplicadas traz embutidas várias perguntas e essas se dirigem tanto ao fazer pedagógico (os conteúdos elencados, às estratégias de ensino adotadas pelo professor) quanto a averiguar se esse fazer se ampara no que rege a legislação e os documentos base de ensino, bem como se estão relacionados aos instrumentos de avaliação e ao modo como essa importante etapa do processo de ensino-aprendizagem é concebida por professores e alunos.

8.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA ENTREVISTA COM ALUNOS DA EJA/PROEJA

O Município de Timbé do Sul apresenta uma população de 5.335 habitantes. Desses, 187 cidadãos frequentam a Escola de Educação de Jovens e Adultos Frei Modesto.

Participaram dessa pesquisa dezesseis (16) alunos. Desses, 75% são do sexo feminino. Entre as mesmas, 25% estão na faixa etária de 15 a 20 anos; 8% estão entre 21 a 26 anos; 33,3%, a maioria, possui idade entre 27 a 32 anos; 16,7% das pesquisadas possuem idade entre 33 a 38 anos e finalmente, 16,7% possuem a cima de 38 anos. Em relação à situação civil 41,7% são casadas; 33,3% são solteiras e em outra situação encontram-se 25% das pesquisadas. Destas 66,7% possuem filhos. Ao público do sexo masculino ficaram 25% dos pesquisados. Destes, 50% estão na faixa etária de 15 a 20 anos; entre 33 a 38 anos estão 25% homens e igualmente 25% dos pesquisados possuem de 38 anos acima. Quanto a filhos, 50% os possuem e são casados. Percebe-se que, praticamente, a Educação de Jovens e Adultos tem uma clientela jovem e feminina.

Com as mudanças que ocorrem numa velocidade extraordinária, a mulher partiu em busca dos seus sonhos, dos seus objetivos visando colocar-se num lugar especial, socialmente. Esta nova visão de mundo fez com que conceitos culturais se modificassem, também. Muitos direitos foram conquistados, direito ao voto, igualdade social, a competitividade no mercado de trabalho. Estes direitos foram decisivos na formação do novo perfil de mulher e redefiniram o seu papel na sociedade. Aos poucos as habilidades e características femininas começam a ser valorizadas pela sociedade e as mulheres prosseguem lutando para conquistar cada vez mais espaços, mesmo que tenha sob sua responsabilidade a família e os filhos. Um dos maiores desafios da Educação de Jovens e Adultos é oferecer um ensino de qualidade atendendo as necessidades dessa clientela com idades e realidades tão diferenciadas. Antes de possuírem uma formação escolar ou profissional, muitas vezes, precocemente, o jovem forma uma família.

Ao analisar a 5ª questão que trata da atual atividade profissional exercida pelo pesquisado, percebe-se que, 37,5% dos alunos da Educação de Jovens e Adultos são funcionários públicos; 25% exercem atividades agrícolas; 12,5% são trabalhadores diaristas e 31,2% dos alunos exercem outras atividades profissionais. Quando surge a necessidade de contribuir no sustento da casa, o cidadão “agarra” a primeira oportunidade de trabalho que aparece. Ao entrar no mundo do trabalho, o aluno percebe que, apesar do esforço despendido, os desafios são enormes: desigualdade de oportunidades, considerada discriminação, falta de experiência, falta de preparo e de determinadas habilidades e competências. Assim, sente-se desmotivado e com baixa autoestima. Sabe o que está faltando e o que realmente quer. Então, retoma os estudos.

Bock fala de determinados requisitos necessários ao desempenho profissional, como podemos observar:

Acreditamos que todas as pessoas podem exercer qualquer tipo de profissão [...] desde que tenham condições para adquirir as habilidades e conhecimentos necessários para seu exercício. A escolaridade é, sem dúvida, em nossa sociedade, um dos fatores mais valorizados e tem sido exigida como requisito mesmo de ocupações consideradas simples. E sabemos que a possibilidade de acesso e permanência na escola está diretamente relacionada à condição social e econômica do grupo familiar (BOCK *et al*, 1999, p.313).

Referentes aos motivos que os forçaram a desistir, abandonar a escola, na 6ª questão, diversos foram apontados: necessidade de trabalho 56,25% dos pesquisados; dificuldade para aprender 31,2%; falta de estímulo 18,7%; imposição da família 18,7%; difícil acesso à escola 12,5%; sentimento de rejeição 6,25% e por outros motivos 6,25%. Percebe-se que o motivo mais forte, realmente é a necessidade do trabalho.

Todo cidadão tem a necessidade de trabalhar, sustentar a si e à sua família. É muito difícil, desgastante, conciliar trabalho com a responsabilidade familiar e o compromisso escolar. Assim, o aluno acaba desistindo, optando pela prioridade mais forte – o trabalho. 31,2% dos pesquisados apontam a dificuldade para aprender, como um dos mais fortes motivos para sua desistência.

Quando o adulto volta à escola, traz consigo a ideia de que muito tempo se passou, este envelheceu e com isso as suas habilidades e competências diminuíram e que existe uma dificuldade enorme para aprender ler, escrever, calcular, etc. Desconhecem que toda a sua bagagem (experiências passadas, sentimentos, vivências, etc.) tem forte influência sobre o seu aprendizado.

A escola precisa ajudar esses cidadãos com dificuldades para aprender a agarrarem-se aos seus sonhos. Diante desse universo de conhecimentos que os deixam perplexos e impotentes, o professor deve ensiná-los a fazer o máximo com as capacidades que têm; encorajá-los a acreditar que podem superar obstáculos, ajudá-los a estabelecer objetivos realistas e encorajando o orgulho, envolvendo-os em responsabilidades na escola, na sala de aula, na comunidade. Há a necessidade de desenvolver um Programa educacional apropriado para essa clientela e que atenda as suas reais necessidades.

Sentimentos como rejeição, sentir-se perdido, sozinho, são sentimentos normais para quem está fora da escola há muito tempo. A 7ª questão aborda o tempo que os pesquisados permaneceram fora da escola. 31,2% permaneceram até 4 anos distantes da sala de aula; 12,5% permaneceram longe de 5 a 10 anos; a maioria, 37,5% ficaram longe dos bancos escolares de 11 a 15 anos; de 16 a 20 anos, ficaram afastados 18,7% dos pesquisados e 6,2%, permaneceram fora da escola por mais de 20 anos.

Analisando essas respostas, os sentimentos demonstrados pelos alunos, são considerados e respeitados. Pois diante do mundo de conhecimentos que temos à nossa frente, realmente, até formar vínculos, se engrazar com professores, colegas de classe, adaptar-se, o aluno EJA/PROEJA, passará por momentos de impaciência, inquietação e por certos aborrecimentos, resultado de uma história de repetência, evasão e até manifestação de discriminação e preconceito.

No que se refere à 8ª questão que explora se esta é a primeira vez que retorna à escola e, se negativo, quais os motivos que o levaram a desistir. Constata-se que 93,7% dos pesquisados voltaram à escola e tentaram permanecer na mesma, mas, acabaram desistindo por vários motivos: 43,7% pela necessidade de trabalhar; 37,5% pela dificuldade no processo da construção da leitura e escrita; 31,2% por vergonha, medo e esse mesmo percentual pela dificuldade de entender as explicações do professor; 12,5% sentiram dificuldade no relacionamento com o professor, sendo que, o mesmo percentual considerou as aulas desinteressantes; 6,2% não se sentiram à vontade na sala de aula e 12,5% acabaram desistindo por várias outras razões. Várias foram às tentativas para retornar à escola. A força de vontade e a necessidade de permanecer na sala de aula eram enormes, mas, as razões pelas quais deveriam se afastar foram mais fortes.

Percebe-se, nesse sentido que EJA/PROEJA possui uma clientela especial, com necessidades únicas pela idade, experiência e história de vida que possuem e que a escola não está, ainda, preparada para recebê-los, para amenizar ou sanar sua ansiedade, seus medos, seus traumas e atender às suas particularidades. Estes são perspicazes quanto às suas necessidades, sabem o que é indispensável para entrar no mundo do conhecimento sistematizado e são conhecedores, também, das habilidades e competências necessárias para torná-lo um cidadão respeitável socialmente. São conscientes que o conhecimento do cotidiano não o prepara para a competitividade profissional. Outro motivo que os leva a evadirem-se da vida escolar, segundo a pesquisa é a falta de preparo dos profissionais para acolher e conquistar esses alunos.

Faz-se necessário a elaboração de uma proposta pedagógica que dê conta de atender a complexidade dos contextos que vivem os jovens e adultos da EJA/PROEJA. A proposta deve ser de qualidade visando o êxito de seu trabalho, para que todos tenham a oportunidade de acesso a conhecimentos, valores e modos de vida verdadeiramente cidadãos. O ideal é que esta seja elaborada pelos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem da instituição através do trabalho coletivo, de um planejamento participativo, reconhecendo o aluno na sua individualidade e que estabelecem relações com outros sujeitos

com os mesmos sonhos, aspirações, fantasias, desejos e curiosidades. Desta forma, essa clientela terá entusiasmo, não sentirão vergonha, medo e a sua participação facilitará a compreensão das explicações sobre os conteúdos, o relacionamento mudará, com certeza, pois estará pautado numa relação de respeito e valorização dos diferentes conhecimentos. O aluno sentindo-se à vontade, com sensação de bem-estar estará aberto às mudanças de conceitos e ao aprender.

Perrenoud (2001, p. 24), afirma que “aprender é uma atividade complexa, frágil, que mobiliza a imagem de si mesmo, o fantasma, a desconfiança, a criatividade, o gosto pelo risco e pela exploração, a angústia, o desejo, a identidade, aspectos fundamentais no âmbito pessoal e cultural.”

O grande nó que se encontra nas propostas pedagógicas é passar das intenções aos objetos educacionais, tendo uma prática pedagógica eficaz para guiar de maneira adequada e coerente as ações educativas com vistas à aprendizagem dos alunos.

Ao perguntar sobre os principais motivos de seu retorno à sala de aula, 9ª questão, obteve-se os seguintes percentuais: 75% melhoria nas oportunidades de emprego; 62,5% sentir-se valorizado socialmente; 37,5% por exigência do mercado de trabalho e realização pessoal; 31,2% realização pessoal e 6,2% por outras razões. Os alunos da EJA/PROEJA, buscam nos estudos a igualdade de oportunidades, chegam esperançosos, criam uma expectativa instantânea e vêem a escola como uma tábua de salvação. Todos sabem que a educação e a capacitação para o trabalho são os pilares básicos para o desenvolvimento pessoal e social. Esses alunos somente poderão assegurar seu ingresso no mundo do trabalho se estiverem bem preparados, assim enfrentarão de maneira um pouco mais tranquila os inúmeros e crescentes desafios.

O mundo do trabalho está cada vez mais complexo, exigente e competitivo e o que sobrar para o jovem que está despreparado, com certeza, é o trabalho bastante precário, funções desqualificadas, informal, sub-remunerado, abusivo e explorador. Nessas condições, mínimas são as oportunidades de praticar a leitura e a escrita, acabam limitando-se ao conhecimento específico do ofício. O jovem e o adulto percebem que a própria vida tem suas exigências educacionais. Precisam se expressar melhor, entender melhor as coisas, não depender sempre dos outros, auxiliar os filhos com os deveres escolares, maior consciência de direitos e deveres, aumento da possibilidade de maior participação e responsabilidade em todas as dimensões da vida pessoal e social. Precisam sentir-se bem, conquistar um espaço melhor socialmente, esse é um dos fortes motivos do retorno à escola (37,5%). É necessário

que o professor ajude os alunos a reconstruir sua imagem e a imagem que construíram da escola no decorrer do tempo e das situações vivenciadas.

No que diz respeito à continuidade dos estudos (10ª questão), 100% dos pesquisados pretendem prosseguir seus estudos. Cursar uma graduação, técnico ou um tecnólogo faz com que novos horizontes se abram e deem maior perspectiva de empregos, melhores salários, em áreas do interesse dos alunos. Todos sabem que sem educação e sem uma perspectiva no mundo do trabalho é impossível olhar sem medo para o futuro.

Referente à avaliação (11ª questão), do qual se trata da função da avaliação. 62,5% afirmam que a função desta é comprovar seu conhecimento, se este entendeu o conteúdo trabalhado; 56,2% percebem a avaliação como um instrumento que irá ajudá-los nas dificuldades; 31,2% imaginam que a função da avaliação é determinar um conceito, uma nota e esse mesmo percentual a vê como um meio de obrigá-los a estudar, aprender; 6,2% dizem que esta tem a função de facilitar ao professor conhecer o aluno e mudar a sua metodologia de trabalho e por fim, 6,2% optaram por outras funções. Ao realizar essa análise, constatou-se que somente 6,2% dos pesquisados têm indícios da real função da avaliação, percebendo-a como instrumento que oportuniza o traçado de novos rumos e novas atividades, permitindo a reestruturação do planejamento de acordo com as necessidades. 31,2% acreditam que, por meio desse instrumento, o professor o classifica de acordo com seu nível de aproveitamento atribuindo-lhe uma nota ou um conceito para fins de aprovação. Pelo ato avaliativo pode-se controlar a qualidade e determinar a cada passo do processo se esse está sendo eficaz ou não; caso não esteja, mudanças devem ser refeitas a fim de assegurar sua eficácia antes que seja tarde demais. Percebe-se que a avaliação os forçará a prepararem-se melhor, dedicarem-se mais aos estudos. Assim, a avaliação pode ser encarada como um instrumento que estimula o interesse do aluno que desprenderá maior esforço e aproveitamento e não uma arma de tortura e punição.

Analisando a 12ª questão, que se refere ao preparar-se para as avaliações e os problemas que essa desencadeia as vésperas das mesmas, percebe-se que 81,2% dos alunos pesquisados conseguem preparar-se para demonstrarem o que foi apreendido durante a aula. Mas, nota-se que mesmo estando preparados, 81,2% ficam muito nervosos; 37,5% sentem dor de cabeça; 37,5% permanecem tensos demais; 6,2% sentem-se pressionados e o mesmo percentual sente dores de barriga e, para outros sintomas apresentados pelos alunos. A Escola de Educação de Jovens e Adultos é um local de muitas tensões, de imensa diversidade pelas idades, conhecimentos e realidades. Qual seria a melhor metodologia a utilizar-se e quais instrumentos adotar para avaliar eficazmente esses cidadãos? Não se pode deixar de avaliar,

de encontrar maneiras viáveis e de contemplar práticas que envolvam todas as modalidades da avaliação. Cada ação pode ser analisada para buscar alternativas visando redimensionar o planejamento partir da sua (re)elaboração. O conceito que ainda permanece sobre a avaliação gera uma série de sentimentos e sintomas que precisam urgentemente ser reavaliados. Faz-se necessário descobrir, desenvolver, investir na formação de professores avaliadores que reduzam as incertezas, que despertem a segurança, a confiança, o querer e permanecer na sala de aula participando ativamente; que o conteúdo apreendido seja útil e aplicável no seu cotidiano. Que professor e alunos sejam companheiros e juntos construam a escola dos sonhos. Que esse professor desperte o gosto pelo aprender que provoque a inteligência, a criatividade, que quando ele fala o outro interaja. Numa sala de aula assim, nervosismo, tensões, pressão, dor de cabeça e outros sentimentos serão mais bem controlados e/ou desaparecerão.

Analisando a 13ª questão, que trata do perfil do professor da EJA/PROEJA, os percentuais foram: 50% dizem que o professor é paciente; 37,5% mostram que faz sentirem-se bem na sala de aula e os incentiva à aprendizagem; 31,2% apontam um professor que, valoriza suas ideias, ouve a sua opinião, passa segurança e sabe o conteúdo trabalhado; 25% dizem que é carinhoso e afetuoso; 12,5% percebem um professor que não se prepara para a aula; 12,5% veem o professor dinâmico, traz sempre uma forma diferente para explicar o conteúdo e 6,2% percebem outras qualidades. O papel do professor vai muito além da simples ação educativa de repassar conteúdos ou de “dar aula”, passa ser, também, mediador das dimensões cognitivas, afetivas e sociais. Assim, como mediador, o professor deve ter uma relação ética com os alunos, ser cúmplice na elaboração do conhecimento, na construção de valores e competências. É de responsabilidade do mesmo investir na capacidade do aluno assumir responsabilidades. Essa relação, ambos, tanto professor quanto aluno, pode conhecer novas formas de conceber o mundo, diferentes da sua; pode rever comportamentos, desfazer preconceitos, mudar atitudes e rever posturas. Ser professor exige certa sensibilidade. Junto dela haverá o respeito mútuo, a disciplina, a cooperação, expressão de sentimentos; essas qualidades promovem o bem-querer, o entusiasmo. Ao ser cordial, amigável, conhecedor da realidade e da vida do aluno geralmente não existirá problemas de comportamento em sala de aula, assim como aprenderão muito mais e melhor. Essas atitudes positivas encorajam o aluno a ter um bom conceito de si mesmo e respeitar as normas e todos os integrantes da comunidade escolar.

Nas perguntas seguintes, 14ª e 15ª questões, 62,5% dos entrevistados mencionaram que consideram adequados a metodologia e os instrumentos utilizados pelo

professor para realizar as avaliações. Percebe-se que os instrumentos mencionados como os mais utilizados pelo professor, são: 75%, prova em dupla. 56,2%, trabalho individual ou em grupo, prova de consulta e oral. 6,2%, pesquisa de campo e via internet e 12,5% assinalaram outros instrumentos. Por ser uma tarefa difícil e necessária, o ato de avaliar requer perspicácia, comprometimento e seriedade. Como esse serve para conhecer o aluno, verificar seu progresso, detectar e superar suas dificuldades, o professor poderá adequar os métodos de ensino para que a aprendizagem seja mais fácil e eficaz. Isso faz pensar que o uso diversificado de instrumentos e técnicas, proporcionará melhor atendimento a um maior número de suas dificuldades, minimizando a exclusão no processo de construção do conhecimento. Percebe-se nos dados que o instrumento de avaliação está resumido na aplicação de provas em dupla (75%), trabalho individual ou em grupo (56,2%) e prova individual e oral (37,5%), pois são as práticas costumeiras, as mais comuns. Essas formas de avaliação tornam-se deficientes, insuficiente para uma visão integral do rendimento de cada aluno, quando aplicadas como única forma de avaliar, pois como menciona de Certeau (1990, p. 98) “contabiliza-se aquilo que é usado, não as maneiras de utilizá-lo.” É indispensável o aprimoramento e a diversificação das técnicas e instrumentos selecionados para uma prática pedagógica competente. Não basta a diversificação, mas como são usadas. Nesse sentido, aponta-se para a prática de uma avaliação que priorize os aspectos qualitativos do processo de ensino-aprendizagem, que não desmereça os conhecimentos prévios dos alunos e os alie ao fazer pedagógico. Luckesi aponta que:

Em primeiro lugar propomos que a avaliação do aproveitamento escolar seja praticada como uma atribuição de qualidade aos resultados da aprendizagem dos educandos, tendo por base seus aspectos essenciais e, como objetivo final, uma tomada de decisão que direcione o aprendizado e, conseqüentemente, o desenvolvimento do educando (LUCKESI 1996, p. 95).

O aluno consciente do valor da avaliação acompanhará o nível de seu aprendizado e o professor, por sua vez, estará verificando o quanto seu trabalho está atendo aos objetivos traçados.

8.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS DA ENTREVISTA COM PROFESSOR DA EJA/PROEJA

Analisando as 1ª, 2ª e 3ª questões, verifica-se que, apesar de o professor em questão atuar na EJA/PROEJA há pouco tempo (um ano), o mesmo demonstra interesse em aperfeiçoar sua prática e estar se atualizando continuamente. Quanto ao conceito de aluno da EJA/PROEJA, ele menciona que é um “aluno como nas outras modalidades de ensino, mas com grande bagagem cultural”. Esse professor reconhece que é indispensável a busca pela inovação da prática pedagógica. Constantemente devem-se procurar parâmetros que determinam a qualidade e, assim, oportunizar a transformação desses indivíduos e, também, dos velhos hábitos do professor.

Na 4ª questão, que se refere à compreensão da avaliação em sua totalidade, o professor entrevistado diz que considera, realmente, uma importante etapa do processo de ensino-aprendizagem. Pois, é com a avaliação (aplicada ao aluno) que todos os sujeitos relacionados ao trabalho pedagógico são avaliados: professor, aluno, apoio pedagógico, direção da escola, etc. A avaliação, precisa ser conceituada como promotora do saber e não classificatória e hierarquizadora. Se o aluno consegue aprender no momento em que está sendo avaliado, isso é “mágico”. Desse modo, a fala desse professor lembra o compromisso da instituição com a formação do sujeito e a mudança de conceitos e paradigmas avaliativos, pois, quando vista como um desafio, como um elo necessário à qualidade de ensino, a avaliação é o instrumento que oportunizará uma educação de todos e para todos os cidadãos. Ao avaliar, buscam-se possibilidades, significados e novas maneiras de propor ao aluno a (re)construção do conhecimento.

Quanto ao aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem, HAIDT fala que:

Existe uma estreita relação entre os resultados obtidos pelos alunos na aprendizagem e os procedimentos de ensino utilizados pelo professor. Por isso, o aproveitamento do aluno reflete, em grande parte, a atuação didática do professor. Assim sendo, o ato de avaliar fornece dados que permitem verificar diretamente o nível de aprendizagem dos alunos. E também, inteiramente, determinar a qualidade do processo de ensino, isto é, o sucesso do trabalho docente. Ao avaliar o progresso de seus alunos na aprendizagem, o professor pode obter informações valiosas sobre seu próprio trabalho. Nesse sentido, a avaliação tem uma função de retroalimentação dos procedimentos de ensino (ou feedback) porque fornece dados ao professor para repensar e replanejar sua atuação didática, visando aperfeiçoá-la para que seus alunos obtenham mais êxito na aprendizagem (HAIDT, 1994, p.293).

Percebe-se a concordância entre a fala da autora e a do professor. Observa-se que o professor entrevistado procura atualizar e informar-se sobre as várias visões e conceitos elaborados no decorrer dos tempos da educação.

A 5ª questão aborda os principais instrumentos utilizados pelo professor para acompanhar a aprendizagem do aluno. Solicitou-se que o professor mencionasse os principais instrumentos utilizados por ele. Mantendo a mesma linha de raciocínio das respostas anteriores, o professor mostrou-se ciente da importância da diversificação dos instrumentos avaliativos. A resposta vem em tópicos nos quais o professor elenca uma série de instrumentos que este usa em sua práxis avaliativa. O professor cita: “Prova escrita (prova operatória); seminários; discussões orais de determinados pontos do programa; GV-GO: Grupo de Verbalização e Grupo de Observação; confecções de cartazes; slides; panfletos, cartilhas, entre inúmeros outros instrumentos, como dramatizações, exposições orais, elaboração de jogos e gincanas com regras criadas pelos próprios alunos, elaboração de regimentos, sínteses de livros, filmes ou documentários assistidos em sala de aula”.

Diante dessa vasta citação de instrumentos e de métodos utilizados pelo professor, a priori, pode-se afirmar que o mesmo trabalha em consonância com a fala de muitos estudiosos da área da avaliação e com o que apregoa a própria legislação vigente da Educação e com os Documentos Bases. Para Haydt:

Avaliar é, basicamente, comprovar se os resultados desejados foram alcançados, ou melhor, dizendo, ou verificar até que ponto as metas previstas foram atingidas. Há, portanto, uma relação íntima entre a avaliação e fixação dos objetivos. É a partir da elaboração do plano de ensino, com a definição dos objetivos que norteiam o processo ensino-aprendizagem que se estabelece o que e como julgar os resultados da aprendizagem dos alunos (HAYDT, 1994, p. 21).

Ao analisar a 6ª questão que, também se direciona à avaliação, contudo, lembra o professor das outras duas etapas do processo de ensino-aprendizagem, não menos importantes, que são o planejamento e a aula em si. A questão é: Dentre as etapas do processo de ensino-aprendizagem: planejamento, a ação pedagógica e a avaliação, qual o grau de importância você agrega e essa última?

A resposta surge, novamente, concisa, porém de acordo com a resposta número 5. O professor diz que considera as três etapas muito importantes no processo, contudo, ele salienta que o termo avaliação deve ser muito revisto pela maioria dos professores. Percebe-se isso em sua resposta: “Agrego o mesmo grau de importância às três etapas; porém, penso que a última deve ser revista e melhor considerada pela a maioria dos professores.”

Sabe-se que para que educação de qualidade seja ofertada em sala de aula para os alunos brasileiros, muitos fatores precisam ser revistos e dentre eles a avaliação surge com gritante necessidade de readequação. A maioria dos professores em sua práxis diária atribui menos valor pedagógico à avaliação do que ao planejamento e à aula em si.

Os professores consideram a avaliação a última e definitiva etapa do processo de ensino-aprendizagem, mesmo que a aprendizagem não tenha sido garantida por todos, ou quase todos, os alunos. Não consideram a avaliação com um recomeço do ensinar e com, isso ela acaba sendo puramente hierarquizadora e classificatória.

Com já foi salientado em questões anteriores, é com a avaliação, aplicada aos alunos, que todo o sistema educacional é avaliado. Grande parte dos docentes não a considera assim. Eles não atribuem a nota 5,0 (cinco) que o aluno obteve, como fato de que foi somente cinquenta por cento de determinado conteúdo que ele – o professor – conseguiu mediar àquele aluno naquele momento.

Analisando a 7ª questão que se refere ao sujeito EJA. Questionou-se: Estudos recentes, acerca do alunado da Educação de Jovens e Adultos, revelam que essa clientela carrega peculiaridades que a diferencia dos alunos do ensino dito “regular”. Como você concebe o aluno da EJA-PROEJA? Fale de suas habilidades cognitivas e de sua bagagem cultural.

Para sua resposta, o professor se embasa na legislação e afirma que: “De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – 9394/96 – o alunado da EJA é composto por pessoas que tiveram seu direito à educação formal na idade apropriada negado”.

O professor mostra em dia a legislação ao citar com muita precisão o artigo 37, cujo texto é: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudo no ensino fundamental e médio na idade própria.”

Ao falar do sujeito EJA em si, de suas peculiaridades, o entrevistado complementa ao dizer que na clientela EJA há “alunos com uma grande bagagem cultural que deve ser aproveitada em sala de aula. São, certamente, alunos cognitivamente tão capazes quanto os de qualquer outra modalidade de ensino”.

Vale observar que fica claro nas entrelinhas das respostas obtidas pelo professor entrevistado, principalmente nessa questão, a dedicação e o amor que esse tem para com seus alunos. Como aconteceu em forma de entrevista, como mencionado na metodologia, essa impressão se confirma ainda mais.

Esse fator deve ser encarado com positivo no processo educacional. Nesse sentido, Paulo Freire afirma que:

O professor deve ensinar um a ajudar o outro. O professor pode, ainda, a ensinar um a amar o outro. Como? Amando-os primeiramente. O professor pode saber responder a todos os questionamentos de seus alunos, mas se ele não tiver amor, de nada isso servirá (FREIRE, 2005).

Considerando a 8ª questão que chama a atenção para o planejamento de uma aula: Na construção de uma Educação de qualidade, acredita-se que o planejamento é um dos pilares essenciais, tanto na institucionalização como na prática pedagógica. Como você encara essa questão e quais os fatores que você considera ao planejar sua aula? Analisando a resposta, percebe-se que o professor é comprometido seriamente com o fazer pedagógico. Considera o conteúdo trabalhado, assim como as características, habilidades e anseios da sua turma; selecionando, também, o método e técnicas mais adequadas aos alunos. Essa seleção para o bom desempenho da turma servirá como suporte para uma excelente avaliação. Ao selecionar as técnicas pensa-se nos instrumentos para comprovar a aprendizagem dos alunos; se os objetivos foram alcançados. Quando o professor conhece seus alunos, sabe das suas facilidades e dificuldades, elabora seu planejamento pensando em cada um, nas habilidades e competências que possuem e, dessa forma, pode adequar e diversificar as atividades atendendo o máximo possível suas necessidades. Ao se planejar, o professor, de forma consciente e intencional, interfere na realidade da sua clientela. A grandeza do professor está em acreditar naquilo que está fazendo e compartilhar o poder de decisão em cada momento, em cada contexto com todos os sujeitos envolvidos nessa construção.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existe antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX apud VASCONCELOS, 2002, p. 67).

Por fim, com base nos desdobramentos acima levantados, infere-se que a educação e, principalmente, o trabalho do professor estão intimamente ligados ao aperfeiçoamento contínuo, ao conhecimento da clientela, à diversificação de instrumentos de ensino e de avaliação, dentre inúmeros outros fatores. Em suma, o professor deve ser o principal agente transformador dentro de uma sala de aula e se, na prática pedagógica, o professor entrevistado consegue realizar, pelo menos um pouco do que foi escrito nos questionários, ele, certamente age no ser humano e transforma vidas.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser professor não é somente ter um simples livro na mão. Vai muito mais além do se pode imaginar. Implica na competência profissional e, também, pessoal que se revelará logo à frente. Ser educador é exercer uma função desafiadora e engloba muitas questões frente ao educando: exige ética, compreensão de valores, respeito recíproco, conhecimento da realidade do mesmo e o comprometimento de ofertar meios para ajudá-los a enfrentar os desafios, os seus medos e construir conhecimentos.

De acordo com a pesquisa realizada, um número considerável de alunos desistiram dos estudos, evadiram-se da escola por vários motivos: necessidade de trabalho para contribuir com as despesas da casa e também, pelas dificuldades que encontraram no processo da aprendizagem. Nota-se que, mesmo em se tratando de alunos com maior maturidade, ainda apresentam sentimentos e reações de bloqueio diante de uma avaliação. Percebe-se que os vestígios da prática pedagógica tradicional estão muito presentes em suas lembranças.

Hoje, ainda encontram-se professores com posturas, comportamentos e práticas arcaicas. Ao chegar à escola e deparar-se com o professor que não diversifica atividades, não respeita a bagagem trazida, não facilita o desenvolvimento de habilidades e competências, que o seu erro e a sua dificuldade são considerados sinal de incapacidade e não o recebe bem, esse aluno com certeza, não vacilará frente à idéia de abandonar os bancos escolares novamente.

As formas mais comuns de avaliação ainda são: a prova em dupla; trabalho individual ou em grupo. Para que os alunos sejam atendidos em suas necessidades, os instrumentos utilizados precisam ser o mais diversificado possível e que o avaliador reconheça o potencial de cada um ao fornecer dados e informações que possibilitem analisar o rendimento dos mesmos.

Muitos alunos ainda percebem a função da avaliação como retorno do seu conhecimento. Vai levar muito tempo para que os alunos mudem seu conceito de avaliação superando a ansiedade e agitação geradas diante da “prova”, momentos até de terror, de branco total, tensões, dores de cabeça, punição, faz-se necessário que o aluno seja sujeito ativo no processo de aprendizagem. Que percebam a avaliação enquanto instrumento de aperfeiçoamento e mudanças. Para tanto, é imprescindível que os professores busquem trocar experiências, ideias com outros colegas, que o planejamento aconteça coletivamente, que

novos instrumentos sejam adotados, técnicas, procedimentos e, que esse momento, da avaliação, seja precedido de um planejamento cuidadoso.

Após as leituras, estudos e pesquisa, concluí-se que a educação dos sonhos de pais e educadores é a de formar jovens felizes e inteligentes com uma educação consistente, de qualidade, bons professores, boas escolas e um ensino que promova a criatividade dos alunos e os transforme em futuros vencedores. Na Educação de Jovens e Adultos não é diferente. Ser professor da EJA é uma prática especial. Percebeu-se isso junto aos alunos entrevistados, pois se trabalha com uma clientela com idades e realidades muito diferenciadas.

O alunado da EJA/PROEJA traz uma bagagem significativa, muitas vezes, repleta de marcas, traumas, vergonhas, experiências desagradáveis e inseguranças. Trazem, também, experiências riquíssimas, metas traçadas, sonhos que devem ser respeitados. Esses alunos são sujeitos de sentimentos, que tem emoções e esperam que acreditem, os acolham e apostem na sua capacidade de aprender. Assim, é necessário recebe-los bem; que se sintam seguros num ambiente agradável. Para que uma boa aprendizagem aconteça, faz-se necessário um ambiente que inspire confiança e segurança.

O aluno da EJA busca na escola a igualdade de oportunidades. Acreditam que a educação é o pilar básico para o desenvolvimento pessoal e social. Ao chegarem à sala de aula, deparam-se com desafios superiores ao esperado, como, conciliar os compromissos e responsabilidades da família, trabalho, escola e ainda, sua vida pessoal? Encontram, muitas vezes, professores que se limitam muito quanto ao uso de instrumentos avaliativos.

Compreende-se também que, para garantir o aprendizado de todas as disciplinas, é preciso conhecer os conteúdos essenciais, a metodologia mais eficaz para lecionar cada um dos conteúdos e os instrumentos mais adequados e eficientes para avaliar o desenvolvimento do trabalho pedagógico que deve ser contínuo e diagnóstico. Mas, percebeu-se que é muito forte, ainda, a aplicação de técnicas avaliativas tradicionais.

O grande questionamento é: como promover o sucesso da aprendizagem e garantir a permanência do educando na escola? Essa pergunta nos remete ao questionamento: Para onde a juventude está caminhando? Para uma sociedade individualista, a do “ter” e não a do “ser”, onde uma grande parte das pessoas estressa-se a todo o momento; pessoas que não sabem lidar com frustrações?

Precisa-se entender que a sociedade mudou e que muitos valores se perderam. Valores indispensáveis como: respeito, ética, justiça e amor. Esses valores precisam ser resgatados, pois servem como base sólida nas relações sociais.

Os professores comprometidos e que buscam uma aprendizagem prazerosa, significativa e instrutiva, sabem trabalhar as didáticas específicas de cada área. Assim, o professor tornará mais claro o quê e como ensinar. Nesse quesito também se encaixam os instrumentos metodológicos que dão direções para trabalhar o currículo escolar. Quando comprometido com a educação compreende, incentiva, acredita e faz acreditar que os educandos são capazes de desenvolver as habilidades e as capacidades necessárias para o aprendizado.

Um educador engajado com uma educação de qualidade se prepara para o seu cotidiano, planeja sua aula; preocupa-se em diversificar a sua metodologia, em proporcionar uma aula significativa, estimulando o aluno a encarar o desafio, descobrir novos caminhos e novas formas de aprender. Diante da sociedade e clientela que temos ao professor não cabe mais discursos vazios, conteúdos soltos e vagos. Surge a necessidade da interdisciplinaridade que é a capacidade de relacionar conteúdos das diversas áreas, facilitando a compreensão e a elaboração de conceitos, não esquecendo as características da didática de cada uma delas. Essas e mais algumas são questões que nos cobram para o desenvolvimento de uma postura amorosa, comprometida com princípios morais e éticos.

O aprofundamento teórico reforçou a nossa opinião quanto à educação ser um empreendimento coletivo. É imprescindível estar disposto a mudar e também provocar mudanças, oferecer um bom ensino, desenvolver o senso crítico, agir e refletir acerca dos conhecimentos historicamente acumulados, envolver toda a comunidade no ato educativo, compartilhando conhecimentos, colaborando significativamente na formação de cidadãos críticos, conhecedores dos seus direitos e deveres, que contribuam para uma sociedade sustentável e que sejam pessoas felizes.

Percebe-se que hoje a escola conta com professores preparados para despertar a atenção e o interesse dos educandos. Os mais velhos afirmam que antigamente o estudo era melhor, “mais forte”. Discorda-se dessa afirmativa. Os professores eram suficientemente preparados para as especificidades de cada época. Percebe-se visivelmente, que o ensino avança em qualidade e eficiência. Há mais diálogo, mais cumplicidade entre as escolas, professores e pais, os quais juntos procuram preparar o educando para enfrentar um mundo competitivo.

Com relação ao preparo intelectual do educando, pode-se contar com estudos de respeitáveis pesquisadores e educadores que produzem suas obras com o intuito de colaborar e facilitar o trabalho do professor. Estes estudos trazem a compreensão da vida escolar, como ocorre a construção do conhecimento, instrumentos indispensáveis nesse processo; método de

avaliação mais adequado e que permite acompanhar o desenvolvimento do aluno em diferentes experiências de aprendizagem; trazem a importância da mediação – que é a função maior do professor.

O conhecimento será mediado pelo professor como um processo de descoberta considerando a capacidade humana para a produção do mesmo; pode-se citar a promoção de situações que incentivem a curiosidade e a troca de informações, que é altamente influenciada pela experiência.

Diante do exposto não há como negar o progresso da educação. Vemo-nos diante de um mundo de rápidas e sucessivas transformações, exigindo de todas as pessoas envolvidas nesse processo novas posturas e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Frei Modesto tem como palavras de ordem no seu cotidiano escolar: Desafios e Perspectivas. Estas funcionam como chaves que abrem as portas das possibilidades. Assim, toda a comunidade escolar inventa táticas para lidar com as mais diversas situações encontradas nesse processo. É consciente que há a necessidade de (re)pensar a escola e o seu sentido, assim como o professor e a prática pedagógica. Quanto ao professor, peça fundamental e indispensável nesse processo de mudanças, precisa ter asseguradas as condições essenciais para obtenção dos resultados positivos esperados. Dentre as indispensáveis pode-se citar: a existência do Projeto Político-Pedagógico elaborado com toda a comunidade escolar; organização escolar flexível; apoio administrativo aos projetos educativos; espaço e instalações adequadas; disponibilidade dos recursos didáticos; materiais didáticos diversificados e condições adequadas de trabalho e de salário. Essas condições permitem oferecer um ensino de qualidade, que fará a diferença na área educacional e profissional.

Buscar constantemente desenvolver habilidades e atitudes comprometidas com uma prática pedagógica inovadora e transformadora voltada à qualidade e a excelência. Dessa maneira, a Educação de Jovens e Adultos receberá um novo olhar para as histórias que contam a sua trajetória e que, com certeza, serão de muitas conquistas, superação e sucesso.

O estudo em um campo tão amplo como a EJA e as técnicas de avaliação, não pretende esgotar-se por si só, mas ficam acíclicas outras possibilidades e linhas de pesquisa.

Outras linhas de investigação tanto quantitativas quanto qualitativas poderão ser abordadas, tais como: a análise equiparativa dos métodos de avaliação da EJA e o do dito “regular”, entre inúmeras outras possibilidades.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Celso. **A avaliação da aprendizagem escolar**: fascículo 11. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004
- ARROYO, Miguel. **A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão**. In: Revista Alfabetização e Cidadania, n° 11 / RAAAB – Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil, abr. 2001.
- ASSMANN, Hugo. **Reencontrar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BASSO, Cláudia de Fátima Ribeiro. **Práticas de Ensino**. Blumenau: IADE, 2010.
- BAUER, Martins W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto imagem e som**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair. TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: uma introdução ao Estudo de Psicologia. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BRASIL. CONSTITUIÇÃO 1988. Brasília, 2000.
- BRASIL. Decreto nº 5840, de 13 de julho de 2006.
- BRASIL. **LDB** - Lei de Diretrizes e Base de 1971 - Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>>. Acesso em: 20 nov. 2011.
- BRASIL. **LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394/96. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BRASIL. **PCN** – Parâmetros em Ação: Análises e Perspectivas. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, SEF, 2002.
- CERTEAU, Michel. **A intervenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- COLL, César; MARTIN, Elena. *A avaliação da aprendizagem no currículo escolar: uma perspectiva construtiva*. In: COLL, César *et al.* **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394/96. 7. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- EQUIPE CULTURAL. **Metodologias de Aprendizagem**. Tradução e adaptação: Júlio César da Assunção Pedrosa e Adriana de Almeida Navarro. Grupo Cultural [s.d.], São Paulo: MMIX.

ESTEBAN, Maria Teresa. **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FASHEH, Munir. **Como erradicar o analfabetismo sem erradicar os analfabetos?** Trad. Timothy Ireland. Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Educação. Revista Brasileira de Educação n° 26, p. 157-169. São Paulo. ANPED.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

EQUIPE CULTURAL. **Guia de Ação Docente**. Tradução e adaptação: Júlio César da Assunção Pedrosa e Adriana de Almeida Navarro. Grupo Cultural [s.d.], São Paulo: MMIX.

Haidt, Regina Célia Cazaux. **Curso de didática geral**. São Paulo: Ática, 1994.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. **EJA: uma educação possível ou mera utopia?** Disponível em: <<http://www.modle.ufba.br/mod/book/view.php?id=9945&chapterid=9315>>. Acesso em: 15 out. 2011.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 3 ed. – São Paulo: Cortez, 1996.

MEC. **Educação de Jovens e Adultos: ensino fundamental: proposta curricular – 1º segmento**. Brasília: MEC, 2001.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação: uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. 2ª Ed., São Paulo: Cortez, 1992.

MORALES, Pedro. **A relação professor-aluno: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2000.

MOURA, Manoel Oriosvaldo. **A educação escolar como atividade**. Águas de Lindóia: ENDIFE, 1998.

OLIVEIRA, Cristiani Bernardo de. **Reflexões sobre um Curso de PROEJA FIC Destinado aos Agricultores do Fumo do Município de Araranguá - SC**. 2010. Monografia (Especialização em PROEJA) – Instituto Federal de Santa Catarina, IF-SC, Araranguá.

PERRENOUD, Philippe. **A Pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. Tradução: Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. *O nó da avaliação novos contextos, diferentes paradigmas*. Pátio – Revista Pedagógica. Porto Alegre: Artmed, n. 50, p.14, mai/jul. 2009.

REZENDE, Bernardo Rocha de. **Transformando suor em ouro**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

RIBEIRO, Ana Maria. *et all.* **Planejamento e avaliação educacional: a especificidade organizativa do fazer pedagógico**. Florianópolis: UDESC, 2004.

SOUTHARD, Margarida F. *Avaliação da educação básica: tendências e desafios*. Em Aberto, v. 15, n. 66, p. 35- 44, abril/junho. 1995.

SOUZA, Carilza Prado de. **Avaliação do Rendimento escolar**. 2 ed. Campinas: Papirus, 1993.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 1995.

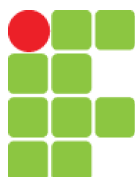
_____. **Construção do Conhecimento em sala de aula**. 12 ed. São Paulo: Libertad, 2001.

WERNECK, Hamilton. **A nota prende, a sabedoria liberta**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista Aplicada ao Professor da Educação de Jovens e Adultos



INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO *LATU SENSU*
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA A EDUCAÇÃO BÁSICA
MODALIDADE DE EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS

NOME DO PESQUISADOR
Eliane Maria Cenne
UNIDADE
Escola Municipal do Ensino Fundamental Frei Modesto
NOME DO ORIENTADOR
Prof ^ª . Ms. Rosabel Bertolin Daniel
TÍTULO DO TRABALHO
Avaliação na EJA/PROEJA: Buscando possibilidades para o redimensionamento do fazer pedagógico.

Prezado(a) Professor(a)

O questionário abaixo tem por objetivo levantar dados acerca da Avaliação no PROEJA, e nasce da necessidade de comprovação de hipóteses levantadas na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. O mesmo conhece-se pelo possível título “Avaliação no PROEJA: Buscando possibilidades para o redimensionamento do fazer pedagógico”. Torna-se, desse modo, de umbilical importância a sua participação. Será a sua voz, professor atuante dessa modalidade de ensino, que ditará os rumos desse trabalho.

QUESTIONÁRIO PLAIADO AO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1. Há quanto tempo você desempenha a função de educador na EJA/ PROEJA?

2. Qual o seu conceito de aluno da EJA/PROEJA?

3. Você procura estar em constante aperfeiçoamento?

4. Considerando a avaliação uma das etapas mais complexas de todo o processo de ensino-aprendizagem, como você compreende a avaliação na sua totalidade?

5. Os instrumentos de avaliação são de diferentes naturezas, tais como: resenha, teste oral, prova individual, etc. Cite os principais utilizados por você para acompanhar a aprendizagem do seu aluno?

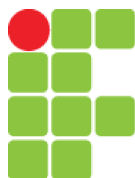
6. Dentre as etapas do processo de ensino-aprendizagem: planejamento, a ação pedagógica e a avaliação, qual o grau de importância que você agrega a esta última? Justifique-se.

7. Estudos recentes, acerca do alunado da Educação de Jovens e Adultos, revelam que essa clientela carrega peculiaridades que o diferencia dos alunos do ensino “dito regular”. Como você concebe o aluno da EJA/PROEJA? Fale de suas habilidades cognitivas e de sua bagagem cultural.

8. Na construção de uma Educação de qualidade, acredita-se que o planejamento é um dos pilares essenciais, tanto na institucionalização como na prática pedagógica. Como você encara essa questão e quais os fatores que você considera ao planejar sua aula?

Grata pela atenção!

APÊNDICE B – Questionário aplicado aos alunos da Educação de Jovens e Adultos



INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO *LATU SENSU*
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

NOME DO PESQUISADOR
Eliane Maria Cenne
UNIDADE
Escola Municipal do Ensino Fundamental Frei Modesto
NOME DO ORIENTADOR
Prof ^ª . Ms. Rosabel Bertolin Daniel
TÍTULO DO TRABALHO
Avaliação na EJA / PROEJA: Buscando possibilidades para o redimensionamento do fazer pedagógico.

Prezado(a) Aluno(a)

O questionário abaixo tem por objetivo levantar dados acerca do ensino da Avaliação na EJA / PROEJA, e nasce da necessidade de comprovação de hipóteses levantadas na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. O mesmo conhece-se pelo possível título Avaliação no EJA / PROEJA: “Buscando possibilidades para o redimensionamento do fazer pedagógico”. Torna-se, desse modo, de umbilical importância a sua participação. Será a sua voz, aluno dessa modalidade de ensino, que ditará os rumos desse trabalho.

**QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS DE
- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -**

1. Gênero Masculino Feminino

2. Idade entre:

15 a 20 anos 21 a 26 anos 27 a 32 anos 33 a 38 anos mais de 38 anos

3. Tem filhos

Sim Não

4. Estado civil:

Casado Solteiro Outro

5. Atualmente, qual a sua atividade profissional que você exerce?

Agricultor Diarista Balconista

Auxiliar de escritório Funcionário público Outro.

6. Qual foi o principal motivo que lhe fez deixar de estudar?

Trabalho Difícil acesso à escola Falta de estímulo

Família Sentimento de rejeição Dificuldade para aprender Outros

7. Quanto tempo você ficou sem estudar?

5 a 10 anos 11 a 15 anos 16 a 20 anos Mais de 20 anos.

8. Esta é a primeira vez que você volta aos bancos escolares? Se positivo, quais os motivos que o levaram a desistir?

Sim Não

Vergonha e medo Dificuldade para entender as explicações do professor

Trabalho Não se sentiu à vontade na escola Aulas desinteressantes Família

Sofreu humilhações Difícil relacionamento com o professor Dificuldade na leitura e na escrita Outros

9. Quais foram os principais motivos que o (a) fizeram retornar para a sala de aula?

Exigência do mercado de trabalho Adquirir maior aprendizado Sentir-se alguém de valor social Melhoria nas oportunidades de emprego Realização pessoal Outros

10- Você pretende continuar em seus estudos?

Sim Não

11 – A avaliação é uma das etapas mais importantes de todo o processo de aprendizagem. Para você, qual é a função da avaliação? (Para que você acha que é avaliado?)

Para saber se entendeu o conteúdo Para ajudá-lo nas suas dificuldades Para ter uma nota Para o professor conhecê-lo melhor e mudar a sua metodologia de trabalho Outros

12 - A avaliação revela os avanços e as dificuldades que ocorrem durante o processo da construção do conhecimento. Você se prepara para as provas? Como você se sente nos dias de avaliação?

Sim Não

Você sente: dor de barriga Náuseas Dor de cabeça
 Muita tensão Nervosismo Outros

13 - Ao tratar de avaliação, avalie seu professor. Como este é em sala de aula:

Paciente Passa segurança Valoriza as suas respostas Incentiva o seu aprender
 Traz sempre uma maneira diferente de explicar o conteúdo Ouve a sua opinião
 Sabe o conteúdo trabalhado Faz você se sentir bem, na sala de aula.

14. Muitas são as maneiras que podem ser utilizadas para avaliar um aluno. Quais os tipos de avaliação usados pelo seu professor:

Prova de consulta e oral Prova em dupla Pesquisa de campo e via internet
 Trabalho individual ou em grupo

15. Você considera adequados os tipos de avaliação utilizados pelo seu professor?

Sim Não

Grata pela atenção!